

5 ANOS DEPOIS, UM NOVO GOLPE?

País vive nova ameaça, mas sociedade reage à tentativa de Bolsonaro de promover atentado no Sete de Setembro. Em entrevista, Dilma fala da corrosão da democracia iniciada com o impeachment

Roberto Stuckert Filho

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 30 de Agosto de 2021 Nº 25

NESTA EDIÇÃO

Governadores reagem aos esbirros do presidente

Wellington Dias: "O Brasil só caminha para trás"

Vítimas do desmonte da Petrobrás e alta do diesel

Vinte anos sem o mestre Jorge Amado

**INTERDITAR BOLSONARO
E REVOGAR A LEI DE
SEGURANÇA NACIONAL**

**em defesa da vida
e da democracia**

**NEGACIONISMO E
IRRESPONSABILIDADE
LEVAM BRASILEIROS
À MORTE**

Observatório
da Democracia

Fundação
Cecília

Fundação
Maurício de
Lacerda

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

União Social

LAURO CAKPOS E
MARIELLE FRANCO

FUB-AP

ASTROJILDO

Herbert Davis

**PAUTA
BRASIL**

**ASSISTA AO
PROGRAMA
PAUTA BRASIL**

**SEGUNDAS, QUARTAS
E SEXTAS-FEIRAS
ÀS 17 HORAS**

REALIZAÇÃO E
TRANSMISSÃO

FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

transmissão

★

DCM Forth

TV 247

**focus
BRASIL**

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Danilo Molina,
Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,
Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



**FUNDACÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores**

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
Luiz Caetano e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de
Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer),
Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto
(Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

SIGA O CANAL DA REVISTA



NO YOUTUBE

NESTA EDIÇÃO

A AMEAÇA QUE PAIRA SOBRE O BRASIL

Cinco anos depois do Golpe de Estado que derrubou Dilma da Presidência, a Nação se assombra mais uma vez com apelos para um atentado à democracia.

Página 13



Ricardo Moraes/Reuters

EDITORIAL. O roteiro do golpe e os desafios que se abrem para as oposições

Página 4

ENTREVISTA. Dilma Rousseff fala sobre os cinco anos de crise geral

Página 6

DEMOCRACIA. Wellington Dias mostra a disposição política dos governadores

Página 15

RETROCESSO. Bohn Gass diz que golpe impôs um retrocesso de cem anos

Página 17

FASCISMO. Tarso Genro fala das lições de Norberto Bobbio e Antonio Gramsci

Página 18

LSN. Aprovado projeto que enterra entulho autoritário e representa um avanço legal

Página 21



Ricardo Stuckert

LULA. No Nordeste, ex-presidente inicia caminho para reconstrução do país

Página 23

HADDAD. Ex-prefeito lembra apoio de Lula às FFAA e critica Bolsonaro

Página 27

PESQUISA. Rodada de quatro institutos mostra más notícias para genocida

Página 28

TERRAS INDÍGENAS. STF adia definição sobre qual é o marco temporal

Página 30

POLÍTICA DE COTAS. É hora de avaliar a lei para avançar mais, diz Nilma

Página 32

ECONOMIA. 62 milhões de brasileiros estão endividados com bancos

Página 34

INFLAÇÃO. Política de preços da Petrobrás arrebenta trabalhadores

Página 36

HISTÓRIA. Em 1980, uma carta-bomba explode e mata secretária da OAB

Página 38

MEMÓRIA. Vinte anos sem o humor e a cultura do escritor Jorge Amado

Página 40

FOTOGRAFIA. Lenda, Roberto Stuckert morre em Brasília, aos 78 anos

Página 42



O ROTEIRO DO GOLPE E OS DESAFIOS DAS OPOSIÇÕES

Aloizio Mercadante

Há cinco anos, um Congresso apequenado e acovardado pela pressão golpista, jurídica e mediática, aprovava o afastamento definitivo de uma gigante em coragem e dignidade: Dilma Rousseff.

Há cinco anos, o Brasil des-carrilou, saiu dos trilhos da democracia, da soberania, do desenvolvimento com redução da pobreza e da desigualdade e da democracia plena.

O golpe o a perseguição ju-

dicial e arbitrária contra o presidente Lula, já reconhecida pelo próprio STF, abriram o espaço para esta tragédia que o país atravessa.

Bolsonaro foi convidado a sair do exército como tenente, pois ele queria explodir uma bomba para reivindicar salários. Desde então, teve uma carreira parlamentar medíocre e concentrada na defesa da ditadura, da tortura e de valores obscurantista.

Esse irresponsável tenente é o comandante supremo das FFAA. O governo dele abriga mais de 7 mil militares em cargos de confiança, mas as forças

sofrem uma exposição e um brutal desgaste que não ocorria desde a redemocratização.

O desgoverno dele enfrenta uma tempestade perfeita, mais de 570 mil mortos pela Covid-19 e recorde de desemprego, com mais de 20 milhões de pessoas entre o desemprego aberto e o desalento. O custo da alimentação cresceu mais de 15,5% nos últimos 12 meses e a fome está por toda parte.

Além disso, o litro de gasolina já atinge R\$ 7, inviabilizando 25% dos profissionais em aplicativos e o diesel R\$ 5, compromete a renda dos caminhoneiros. O

endividamento atinge mais 62 milhões de famílias e vai se agravar, com a elevação abrupta das taxas de juros.

Soma-se a esse cenário a severa restrição orçamentária e o comprometimento da baixa capacidade de investimento público, com R\$ 41 bilhões pulverizados em emendas parlamentares. Há ainda uma grave crise hídrica e energética, falta de gestão e investimentos, com crescente possibilidade de apagão e racionamento, semelhante a 2001.

Tudo isso para não falar no descaso com a educação, em que o quarto ministro entende que a universidade é para poucos e as crianças com deficiência prejudicam o aprendizado. O desespero e desilusão é tamanha, que até do mercado financeiro, que preservou seus ganhos extraordinários, neste país devastado, começa a manifestar alguma contrariedade.

Bolsonaro não governa, passeia de moto, solta desaforos no cercadinho, provoca a oposição, e principalmente agride e ameaça à democracia e seus pilares.

As instituições democráticas reagem de forma crescente, ainda que tardiamente, às suas grosseiras e golpistas agressões. A CPI do Covid no Senado Federal, que revelou graves negociações no Ministério da Saúde, a proliferação de provas das rachadinhas nos gabinetes do clã, o avanço nas investigações sobre as ilegalidades no financiamento e na proliferação das fake news estão ameaçando o futuro próximo da família Bolsonaro.

Com isso, o presidente demonstra desespero e desorientação, agravando o completo despreparo para governar o país. A agenda defensiva dele está cada

vez mais distante do país real e da sofrida vida do povo. Todo esforço do governo está concentrado no voto impresso, ameaças aos ministros do STF que estão à frente das investigações, ofensas aos opositores, à jornalistas e a veículos da imprensa, em síntese à democracia, que ele historicamente agrediu e combateu e que generosamente o elegeu.

Bolsonaro é o caos e mais do

ELEITORALMENTE BOLSONARO CAMINHA PARA UMA GRANDE DERROTA, MAS GANHAR E LEVAR EM 2022 VAI EXIGIR MUITO DAS OPOSIÇÕES

que nunca precisa do caos como rota de fuga. Depois do fracasso do desfile militar patético, está tentando mobilizar e ameaçar a democracia com o que lhe resta de apoio. Está utilizado seu governo para estabelecer um vínculo direto e populista com as polícias militares, participou de 24 formaturas das PMs, e fomenta abertamente a insubordinação e a quebra de hierarquia, com atitudes próprias de quem sempre manteve fortes vínculos com as milícias.

Algumas lideranças evangélicas mais conservadoras foram agraciadas com uma bilionária anistia fiscal e generosos recursos do orçamento, e reforçam seus ataques à democracia. Além, da extrema direita obscurantista que o acompanha, cada vez mais cega e radicalizada.

Dia 7 será parte de um roteiro golpista, com os ataques centrados no TSE e na defesa do voto impresso, que legalmente não poderá mais ser adotado. A estratégia golpista de Bolsonaro está canalizada para deslegitimar a fragorosa derrota que se aproxima em 2022.

Dia 7 deverá ser só mais um capítulo, para alimentar a rede de fake News e a realidade paralela que o sustenta. Mas, a estratégia golpista tem como alvo prioritário o resultado das eleições, como aconteceu na Bolívia, esteve presente no Peru e na invasão do Capitólio, patrocinada por Trump e apoiada por Bolsonaro.

Eleitoralmente Bolsonaro caminha para uma grande derrota, mas ganhar e levar em 2022, vai exigir das oposições muito mais mobilização de rua, unidade das forças democráticas e defesa das instituições do estado democrático de direito. Os governadores precisam de pulso firme na defesa da hierarquia e disciplina das polícias militares.

Ademais, as investigações das rachadinhas, da corrupção na compra das vacinas e do financiamento ilegal da indústria das fake news nas afrontas e ameaças ao STF e Congresso Nacional precisam continuar avançando com apoio e mobilização das forças populares. A democracia vencerá o golpismo, mas será preciso muita firmeza, unidade e luta, muita luta. •

“A CORROSÃO DA DEMOCRACIA COMEÇOU COM O IMPEACHMENT”

Inquieta e preocupada com a conjuntura, a ex-presidenta avalia que o establishment brasileiro erra ao acreditar que Bolsonaro assumirá posição moderada diante da escalada da crise. “Ele não veio reconstruir nada, refazer nada. Não se interessa por isso”, diz. “É um neofascista. Bolsonaro tem essa estratégia de conflito: bota o bode na sala. E depois tira. Depois bota dois bodes na sala e tira um”, lembra

Olímpio Cruz Neto

Cinco anos depois de ser afastada da Presidência da República por um impeachment sem crime de responsabilidade, a economista Dilma Rousseff tem uma visão clara do processo que culminou com sua queda, levou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à prisão e a ascensão do extremista Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto.

De sua casa em Porto Alegre, onde permanece desde o início da pandemia – saiu apenas duas vezes para uma viagem a São Paulo e outra ao México – a ex-presidenta permanece atenta e acompanha com interesse os desdobramentos da crise política que o país atravessa há meia década. Ela diz que o

quadro é de deterioração geral: econômica, social e institucional.

Para ela, o drama que o país vive hoje é fruto direto do Golpe de 2016, um processo de corrosão democrática inaugurado em 31 de agosto daquele ano, quando o Senado aprovou o seu afastamento. “O golpe permitiu dois crimes imediatos contra o país: o teto dos gastos – que tirou o povo do orçamento, afetando os programas sociais e os investimentos – e a destruição da Amazônia”, lamenta.

“O golpe não foi brando. Não foi nada brando. E, lembre-se, o golpe vem em etapas. É um processo”, aponta. “O Golpe de 2016 é o ato zero do golpe, é o ato inaugural, mas o processo

continua. É o pecado original dessa crise que o país atravessa. É a partir dali que se desenrola todo o processo golpista”.

Nesta entrevista à **Focus Brasil**, Dilma trata da conjuntura e especula que a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022 será o primeiro passo para a reconstrução do país, mas o que o Brasil terá pela frente não será fácil. “Vai haver muita dificuldade. Na área ambiental, por exemplo, alguns efeitos da política de devastação promovida podem ser permanentes. Não sei... O que houve de deterioração, por exemplo, quanto às reservas indígenas, é preocupante. Eu estou preocupada”, diz. A seguir, leia os principais trechos da entrevista:

“

O GOLPE PERMITIU
TODAS AS MEDIDAS
QUE LEVARAM A
VOLTA DA POBREZA E
DO DESEMPREGO NO
BRASIL. COMPROMETEU
A SOBERANIA
E GARANTIU O
ESQUARTEJAMENTO
DA PETROBRÁS

”



Focus Brasil – Passados cinco anos do impeachment fraudulento, há espaço para um novo golpe?

Dilma Rousseff – É preciso entender o jogo. O golpe ocorreu em 31 de agosto de 2016. O que estamos vivendo agora é a possibilidade de um novo golpe baseado nas formas derivadas da guerra híbrida. Lá atrás, houve um golpe parlamentar, judiciário e midiático. Mas, sobretudo, um golpe do setor financeiro, do capitalismo financeirizado. Um golpe neoliberal. Não houve uma intervenção clássica militar, mas uma manipulação das regras legais. Apesar de aparentemente eles respeitarem os procedimentos, desrespeitaram as leis, criando crimes onde não existiam. Ali aconteceu uma ruptura violenta contra o status quo da democracia.

– Por quê?

– Porque vai ensejar todas as medidas que vão levar a volta da pobreza no Brasil e a volta do desemprego. Ali, permitiu-se tomar as medidas que comprometeram a soberania nacional, seja a venda de estatais ou o esvaziamento da Petrobrás, ou aquele absurdo da Eletrobrás, que é um escândalo! Fizeram uma feira da Eletrobrás, como se fosse passível de colocar numa quermesse do interior...

– E a crise de energia está aí...

– Corremos um imenso risco de racionamento, apagão, e já estão em prática as mais altas taxas e tarifas de energia elétrica. E isso tudo para não falarmos no que está acontecendo com a política de preços da Petrobrás – hoje inteiramente atrelada ao mercado internacional de petróleo e aos interesses financeiros. É isso que leva o gás de cozinha a R\$ 120 o botijão. É o esvaziamento da Petrobrás que permitiu isso. Ela foi criada para ser uma empresa

integrada de energia, verticalizada – do poço de petróleo ao poste, à bomba de gasolina... Era a Petrobrás que permitia ao país ter termoeletricas de ciclo combinado. Quando o presidente Lula assumiu o governo, ainda sentíamos a crise de 2001...

– O apagão...

– ...do presidente Fernando Henrique Cardoso.

– Mas eles construíram térmicas.

– Mas não construíram gasodutos, que possibilitava levar térmicas para onde era necessário. Fizeram as térmicas no Nordeste sem ter gasodutos entregando gás em quantidade suficiente para movimentar as turbinas. Foi no governo Lula que foi construído o gasoduto do Nordeste, o conhecido Gasene, para levar o gás natural da Bacia de Santos para o Nordeste, em parceria com a China.

– Que o Bolsonaro privatizou, né, na bacia das almas?

– Venderam o Gasene e isso é um crime.

– Tudo só foi possível com o Golpe de 2016.

– Por isso que não dá para dizer que é um golpe brando. Não foi um golpe brando coisa nenhuma.

– Parece a Folha com a história da ditabranda.

– Exatamente. Não existe golpe brando, como não existe ditadura branda. O Golpe não só corroeu a democracia, como a gente está vendo, mas é responsável pelo aumento da pobreza porque antes de começar a pandemia, em 2020, já havia um aumento extraordinário da miséria e os primeiros indícios da fome.

– Retrocessos em série.

– Porque o golpe permitiu dois

crimes imediatos contra o país: o teto dos gastos – que tirou o povo do orçamento, afetando os programas sociais e os investimentos – e a destruição da Amazônia.

– Os ricos preferem ter o controle do orçamento público.

– Sim. E por longos 20 anos. O que, afinal, se decide numa eleição? Onde serão gastos os recursos públicos e a destinação do dinheiro para políticas. Quando se tira essa possibilidade por duas décadas – decidir para onde irão os recursos durante cinco eleições –, o que se fez foi invadir a democracia. Resumindo: colocaram na Constituição a política de austeridade fiscal.

– Constitucionalizaram o arrocho.

– E a política de ajuste fiscal e o papel do Estado na economia, reduzindo o gasto social, o gasto da educação, da ciência e da saúde. Decidiram colocar na Constituição a redução dos investimentos que criam a infraestrutura social.

– E a segunda coisa?

– A destruição do meio ambiente no Brasil. Essa política de Estado que foi agora adotada oficialmente pelo governo Bolsonaro. E essa talvez seja a maior tragédia, porque não tem volta, né?

– Não tem como recuperar?

– Tem coisas que você destrói na natureza que leva décadas e às vezes até séculos para reconstruir. O que eles estão fazendo na Amazônia é um absurdo. Abriram a Amazônia para uma coisa que nós jamais permitimos e nenhum governo anterior: a entrada das grandes empresas mineradoras.

– A boiada do Ricardo Salles.

– Sim. Passar a boiada é isso. Por isso que eu digo que o golpe não foi brando. Conte isso tudo para dizer isso. O golpe não foi

nada brando. E, lembre-se, o golpe vem em etapas.

– Assim como na ditadura.

– Isso... Nos 21 anos da ditadura militar, você teve primeiro 1964, depois 1968 – a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968 –, depois veio o Pacote de Abril de 1977, com a disputa dura entre Geisel [presidente-general Ernesto Geisel] e o Frota [General Silvio Frota]. Geisel levou a melhor e a linha dura saiu derrotada, mas tentou de novo endurecer o regime com os atentados à OAB, às bancas de jornal e o Riocentro [em abril de 1981, uma bomba explode no centro de convenções no Rio de Janeiro, numa ofensiva terrorista armada por agentes do aparelho da repressão da linha dura militar].

– Uma disputa dentro do regime.

– Lembre que toda ditadura é um processo. Por isso que eu digo que o Golpe de 2016 é o ato zero do golpe, é o ato inaugural, mas o processo continua. É o pecado original dessa crise que o país atravessa. Foi a partir dali que se desenrolou todo o processo golpista.

– E também tem vários momentos marcantes.

– O que eu chamo de atos. O ato seguinte ao golpe do impeachment foi a prisão do Lula [em abril de 2018]. Ali, o que se queria era inviabilizar a possibilidade dele vir a ser candidato. E, portanto, estaria garantido o processo de reprodução do próprio golpe. Ora, se o Lula é eleito, o golpe seria interrompido. Mas, não bastou prendê-lo. Afinal, ele não perdeu a popularidade que desfrutava. Ainda era competitivo. E não perdeu a confiança do povo. Daí então, passa-se a um novo ato do golpe: a interdição de Lula do processo eleitoral. Ele é condenado, preso e, final-

mente, tiraram-no das eleições de 2018. Não pode falar e nem fazer campanha. O golpe foi se aprofundando. E já tinham tirado o gênio da garrafa...

– Como assim?

– Quando digo o gênio da garrafa, eu falo dos militares. Lembra que no governo Temer, deram uma importância grande aos militares, voltando a ter o GSI – entregue ao General Sérgio Etchegoyen –, levando um militar para dirigir o Ministério da Defesa? Isso nunca

TEMER TIROU O GÊNIO DA GARRAFA. COLOCOU OS MILITARES DE VOLTA AO JOGO DA POLÍTICA. ELES NÃO QUEREM MAIS VOLTAR PARA A GARRAFA

tinha acontecido. Entregar o Ministério da Defesa a um militar. Nem Fernando Henrique...

– Que tinha nomeado um civil para a Defesa [ex-senador Élcio Álvares (PSDB-ES)]...

– Mas também tem outro aspecto importante ali no governo Temer: a intervenção militar no Rio de Janeiro. É uma marca inequívoca da volta dos militares à política. Então, veja, são dois movimentos acontecendo paralelamente até a interdição do Lula.

– A ação era por conta da situação da segurança no Rio.

– Mas não foi uma operação típica de GLO (Garantia da Lei e da Ordem). Deram um passo além. Houve uma intervenção.

– E o interventor ali é ninguém menos do que o atual ministro da Defesa, General Braga Netto...

– [interrompendo] Mas, mais importante ali, é que todas as coisas do mundo do crime, em termos de poder de contaminação, explodem ali para cima do alto oficialato. Não estou falando do soldado, mas dos oficiais. Eles jamais tinham feito policiamento e passam ali a fazer esse tipo de ação nas ruas... Fazendo rondas. E não sabemos, nessa altura do campeonato, o que aconteceu com Marielle [a vereadora Marielle Franco, do PSOL do Rio, assassinada a queimar-roupa em 14 de março de 2018]. O processo chegou a esse nível de radicalização. Por que as milícias resolvem encarar a morte de uma vereadora?

– O crime não foi elucidado até agora...

– E não interessa se os filhos [de Bolsonaro] estão metidos nessa junto com o pai [o presidente da República]. As suspeitas permanecem, mas o que digo que ali foi se armando esse processo do país caindo para a direita. O Golpe de 2016 permitiu isso tudo. Inequivocamente, você tem uma trajetória no Brasil para que a direita cresça. Precisamos lembrar que temos lá atrás o integralismo.

– A senhora tem razão, há uma base social e histórica.

– Temos uma matriz integralista forte e vamos lembrar que quem elaborou o Plano Cohen [o suposto levante dos comunistas para tomar o poder em 1937] foi o capitão integralista Olímpio Mourão que depois se tornaria

general e um dos conspiradores do Golpe de 1964. E ainda tem a própria concepção do inimigo interno dentro das Forças Armadas, que vem da época da Guerra Fria. Então, há um substrato que é responsável por essa ojeriza que existe no Brasil à inclusão social, que é a escravidão.

– Uma chaga ainda aberta na sociedade brasileira, né?

– A escravidão é responsável por termos padrões de pobreza tão inimagináveis no século 21 e essa situação do desprezo que parte da alta sociedade brasileira tem pelo povo. Isso só tem paralelo com a coisificação do escravo – “Não eram gente, eram coisas”...

– O que explica essa violência contra o povo...

– Veja que curioso, eu achava que o “pau de arara” [instrumento de tortura usado pelas polícias e pela ditadura militar contra adversários políticos] vinha da guerra da Argélia [entre 1954 e 1962]. Mas vi um retrato do Debret [Jean-Baptiste Debret, pintor francês que deixou a obra Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, depois de passar 15 anos no país, entre 1816 e 1831, retratando os costumes e a corte portuguesa] que mostra um escravo no chão preso a uma espécie de pau-de-arara. Então, veja, o pau-de-arara é coisa nossa: um resquício da escravidão.

– O açoite, o suplício ao negro pelo capitão do mato... Um retrato do Brasil que permanece na cabeça de parte da polícia e dos políticos. Passado e presente.

– É este o retrato do processo, que eu estava falando. Essa saída do gênio da lâmpada, dos militares de volta à política. E eles gostaram e não querem voltar para a garrafa. E daí o Twitter do Villas-Boas [então comandante do Exército, em 2018, General

Debret/Reprodução



RESQUÍCIOS Dilma lembra que o pau-de-arara é um instrumento de tortura que remete aos tempos da escravidão no país, a chaga aberta no país. “As classes dominantes no Brasil têm uma ojeriza à inclusão social”

Eduardo Villas-Boas], na véspera do julgamento do habeas corpus do Lula pelo STF.

– E o STF acolheu a “sugestão”.

– Sim. A pressão encontrou respaldo no Supremo, que a aceitou. O presidente do STF na época tinha colocado um general [Luiz Azevedo e Silva, ministro da Defesa no governo Bolsonaro até março de 2021] como seu assessor. Em nenhuma democracia do mundo, a Suprema Corte aceita ser tutelada pelo Exército, essa história do Poder Moderador exercido pelas Forças Armadas. E é o que eles argumentam.

– E os generais Heleno [Augusto Heleno, do GSI], Ramos [Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria-Geral da Presidência] e Braga Netto [ministro da Defesa] repetem isso à exaustão, com naturalidade, essa tutela...

– É uma leitura distorcida daquele compromisso assumido na transição política, durante a redemocratização, que jamais, em momento algum, o processo de negociação deixou de ser conduzido pelo Exército. Uma das coisas principais que foram negociadas é que o controle ficaria com o Exército. E ficou...

– O Golpe de 2016 tem também semelhanças com processos anteriores porque nunca se admitiu que era um golpe.

– Como em 1964, o golpe se recusa a ser chamado de golpe, desde o primeiro momento. Havia, inclusive, durante o processo do impeachment, deputados e senadores [Julio Lopes (PP-RJ), Carlos Sampaio (PSDB-SP), Pauderney Avelino (DEM-AM), Rubens Bueno (PP-PR), Antonio Imbassahy (PSDB-BA) e Paulo Pereira da Silva (SDD-SP)] que entraram no STF pedindo que eu fosse interpelada porque eu chamava o golpe de golpe.

– A ministra Rosa Weber a questionou, inclusive?

– Demos resposta bem dura.

– A grande imprensa brasileira jamais também tratou o Golpe de 2016 como golpe.

– É. Nem jamais fez autocrítica.

– E a senhora continua banida, na Sibéria Midiática pela TV Globo, para lembrar uma expressão do Leonel Brizola e do Chico Buarque. A senhora jamais foi ouvida e nunca é convidada para nenhum programa...

– E nunca houve uma revisão judicial sobre minha situação. Essa autocrítica também não vão fazer.

– Há sempre um constrangimento da mídia nativa para tratar desse período, enquanto a imprensa estrangeira aponta que houve golpe.

– Teve o episódio em que Otávio Frias Filho [então publisher da Folha, em junho de 2016], bateu boca com uma jornalista inglesa [Sue Branford] num painel sobre mídia e democracia, em Londres (Mídia, Percepção e a Consolidação da Democracia Brasileira, na Brazil Forum). Ela tinha sido correspondente no Brasil e fez duras críticas à chamada grande mídia nacional, citando a concentração de propriedade de emissoras e veículos nas mãos de poucas famílias, todas conservadoras, e a manipulação de notícias. E o Otavinho, furibundo, reagiu, apelou e a acusou de ser petista.

– Teve ainda o artigo no Guardian do David Miranda criticando a cobertura da Globo e o João Roberto Marinho também reagiu, mandou carta para o jornal.

– Sim. Isso mesmo... Eles não aceitam críticas.

– E essa mesma mídia agora alerta sobre a possibilidade de um golpe por Bolsonaro.

– Como se não tivéssemos já vivido o golpe, que já aconteceu. O que estamos vivendo são as etapas do possível endurecimento do regime político no Brasil. O governo flertando com a possibilidade de um golpe dentro do golpe.

– A senhora alertou que o golpe permitiria a corrosão da democracia – o que de fato aconteceu, tendo em vista a deterioração crescente das instituições do país. A metáfora usada era a árvore da democracia ser contaminada por parasitas e fungos que a corroeriam por dentro. E agora o próprio Poder

Judiciário faz um alarde...

– E por que só agora o Judiciário percebeu?

– Então, boa pergunta. Qual a sua opinião?

– Porque chegou neles. Chegou agora neles. Quando eu disse, há cinco anos, que o golpe não ficaria ali, é porque sabia que haveria um avanço rápido sobre todas as instituições.

– Como no poema de [Bertold] Brecht?

ESTAMOS VIVENDO AS ETAPAS DO POSSÍVEL ENDURECIMENTO DO REGIME. O GOVERNO FLERTANDO COM UM GOLPE DENTRO DO GOLPE

– Sim. Primeiro, foram os comunistas... Depois, os social-democratas. Depois, os conservadores, e enfim, fui levado. O que aconteceu com o Supremo é que, a partir de um determinado momento, como no episódio de colocar um assessor das Forças Armadas dentro do gabinete do presidente do STF, houve uma concessão que partiu do próprio Supremo, do ministro Dias Tóffoli. E já era um troço absurdo. E sem precedentes.

– Nem durante a ditadura isso

aconteceu, quando cassaram ministros, como Evandro Lins e Silva e outros, colocou-se um homem do Exército na antessala da Presidência da Suprema Corte...

– Pois é. E como é que começa agora este momento de radicalização do Supremo? Começa com o fato de que o Executivo estava tentando colocar o STF de joelhos, colocando estruturas como Receita e PF a investigar os ministros da Corte. Passa pelas fake news contra os ministros e, depois, com Eduardo Bolsonaro ameaçando: “É preciso apenas um soldado e um cabo do Exército para fechar o Supremo”. Até chegar à manifestação pelo fechamento do Supremo...

– Isso. Em 2020, na frente do Quartel do Exército, em Brasília, com a presença do presidente Jair Bolsonaro em cima de um palanque, quando manifestantes defenderam o fechamento da Corte e a volta do AI-5.

– E não aconteceu nada. Todas as instituições foram sendo enquadradas.

– Havia até pouco tempo a ilusão de parte do establishment brasileiro de que era possível moderar o presidente...

– Ele não tem o chip da moderação. É intrínseco a ele o conflito. Ele precisa do conflito. Em março de 2019, ele declarou nos Estados Unidos: Eu não vim para reconstruir. Se eu conseguir acabar com o que eles fizeram, eu me darei por satisfeito. Ele não veio reconstruir nada, refazer nada. Não se interessa por isso. O que ele sempre disse que quer: acabar com os comunistas e os esquerdistas que operam no Brasil. É isso. A frase que ele disse foi: “O Brasil não é um terreno aberto onde nós iremos construir coisas para nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa”. Ele foi claríssimo. Além disso, Bolsonaro



Pedro Ladeira/Folhapress

CONFLITO PERMANENTE O presidente Jair Bolsonaro discursa em frente ao Forte Apache, quartel do Exército, em Brasília, em 19 de junho de 2020, com apoiadores pedindo o fechamento do STF, defendendo um novo AI-5 e a intervenção militar. Dilma lamenta: “E não aconteceu nada. Todas as instituições foram sendo enquadradas”

tem essa estratégia de conflito. É um neofascista. É aquela estratégia: bota o bode na sala. E depois tira. Depois bota dois bodes na sala e tira um. Mais adiante, são quatro bodes na sala. E ele volta e tira um... Então, vão ficando sempre mais bodes, sucessivamente. E o Bolsonaro sempre fez isso. Desde o começo.

– **É seu modus operandi...**

– Ele não faz gestão. Não há discussão dentro do governo sobre ciência, meio ambiente... Não tem política e nem gestão. É um vazio. Nesse processo, estamos nessa fase: ele marca a data para ver se faz o ensaio geral do golpe. Sete de Setembro é isso. Se ele disse que vai comparecer pessoalmente em São Paulo e em Brasília, tá marcando a data para testar.

– **E há uma infiltração do bolsonarismo nas polícias estaduais e em diversos setores.**

Basta lembrar que um dos suspeitos da morte de Marielle [Adriano da Nóbrega] no interior da Bahia, aconteceu numa operação da polícia baiana, que já tem um histórico de rebeliões policiais. A mesma coisa no Ceará. E políticos falam que é hora de nós apaziguarmos os ânimos, de nos desarmamos, como se todos estivessem armados e não apenas o bolsonarismo.

– Ele vai testar a capacidade dele de mobilizar. Se for muito grande...

– **Diante de tantos retrocessos, é possível ao novo governo, a partir de 2023, recuperar o país? A senhora acredita?**

– Vai haver muita dificuldade. Na área ambiental, por exemplo, alguns efeitos da política de devastação promovida podem ser permanentes. Não sei... O que houve de deterioração por exemplo quanto às reservas

indígenas, é preocupante. Estou preocupada. A marcha dos indígenas é importante. O esquitejamento da Petrobrás terá grandes consequências. O que é preciso rever é o teto dos gastos. Isso está claro. Imagine, se no meu governo eu tivesse feito isso com os precatórios que o Paulo Guedes está propondo?

– **O calote geral interno!**

– Isso é muito grave. Muito grave! De todas essas tramoias fiscais, esta é a mais grave. É o Estado dando um calote. Outra coisa: ainda não sabemos o nível de deterioração no BNDES. Isso é instrumento para a retomada do crescimento. Nem o setor privado segura. Não existe investimento com capital próprio.

– **E a Petrobrás antecipando bônus aos diretores?**

– Isso não ocorre nem nos Estados Unidos. É um escândalo. •



Marcos Correa/PR

O GOLPISMO ETERNO QUE A NAÇÃO ENFRENTA

No aniversário do Golpe de 2016, o Brasil se assusta com os novos esbirros de Bolsonaro, que insufla a malta: PMs convocam protestos contra a democracia, em atos no 7 de Setembro, financiados por ruralistas, e evangélicos engrossam o coro. Agora, presidente volta a defender uso de fuzis pela população, mas Centrão coloca panos quentes. A corda permanece esticada

Quando Dilma Rousseff deixou a Presidência da República em definitivo, depois que o Senado confirmou o seu impeachment — mesmo sem crime de responsabilidade — ela fez um discurso no Palácio da Alvorada. Alertou que o pior ainda estaria por vir. “O golpe é contra o povo e con-

tra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência”, advertiu.

Cinco anos depois, o país assiste a uma crescente elevação da temperatura política, com o presidente Jair Bolsonaro esticando a corda, atacando ministros do Supremo Tribunal Fe-

deral, pregando o uso de fuzis pela população e convocando a população a tomar as ruas no Dia da Independência para protestar contra a democracia e as instituições.

Na sexta-feira, 27, antes da enésima motociata em Goiânia, agora em pleno horário de expediente, o presidente voltou a pregar o uso de armas. “Tem que

todo mundo comprar fuzil, pô. Povo armado jamais será escravizado”, disse, no cercadinho do Alvorada. “Tem idiota que diz ‘ah, tem que comprar feijão’. Cara, se não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer comprar”, declarou.

A presidenta do PT, Gleisi Hoffmann (PR), reagiu indignada: “Pandemia, inflação, comida e luz caras, desemprego, queda na renda, fome, crise hídrica... e o que Bolsonaro faz? Diz que o povo deve comprar fuzil. Alguém duvida de que esse homem é perigoso?”

A iniciativa de Bolsonaro chega dias depois que o comandante de sete batalhões da PM no interior de São Paulo, convocar amigos para comparecer à manifestação de Sete de Setembro promovidas por bolsonaristas contra o Judiciário e Legislativo. O coronel foi afastado do comando por decisão do governador João Dória. A PM abriu um Inquérito Policial-Militar (IPM) por para apurar o comportamento do coronel Aleksander de Lacerda.

Além de policiais militares, alguns pastores evangélicos se uniram para convocar fiéis ao ato de apoio ao presidente no Sete de Setembro. Entre eles, Estevam Hernandez, idealizador da Marcha para Jesus, Samuel Câmara, à frente da Igreja Mãe, a primeira das Assembleias de Deus no Brasil, fundada há um século em Belém, e Renê Terra Nova, uma das vozes pastorais mais influentes no Norte.

O maior agitador religioso, contudo, é o líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia. “Nunca vi na história do país uma mobilização de evangélicos para um evento como esse”, disse à *Folha*. “Nós sempre ficamos na nossa. Desta vez, há um envolvimento monstro de lideranças e de povo”.

Os atos estão sendo financiados por produtores rurais e



INSTABILIDADE Em reunião do Fórum de Governadores, a voz corrente é que Bolsonaro atrapalha o país e está atrasando a retomada da economia

grandes nomes do agronegócio. Antonio Galvan, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja, a Aprosoja – investigado pelo STF em inquérito –, é um dos líderes das manifestações no feriado. Segundo o site *The Intercept*, a organização dos atos em Brasília está sendo bancada pelo Movimento Brasil Verde e Amarelo, uma união de mais de 100 associações e sindicatos ligados ao agronegócio que já levou 100 mil pessoas a Brasília em 15 de maio em um ato a favor do governo.

Durante a semana que passou, houve novos ensaios de reação aos esbirros autoritários do presidente. Na segunda-feira, 23, governadores se reuniram em Brasília e manifestaram preocupação com a instabilidade institucional. Temem que a crise agrave a demora na retomada do crescimento, na medida em que afugenta investidores e prejudica a atividade econômica.

“O objetivo é demonstrar a importância de o Brasil ter um ambiente de paz, de serenidade onde possamos garantir a forma de valorização da democracia, mas principalmente criar um ambiente de confiança que permita atração de investimentos, geração de empregos e renda”, disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

O governador da Bahia, Rui

Costa (PT), também foi direto: “Além de ameaçar a democracia, como um modo de vida, a ameaça [de Bolsonaro] é uma tragédia para o emprego, para a renda, para os investimentos”. Ele diz que Bolsonaro não trabalha, mas consegue arruinar a retomada da economia. Na semana anterior, o presidente elevou a temperatura ao protocolar um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Na quarta-feira, 25, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), rejeitou o pedido, arquivando-o. “Quero crer que esta decisão possa constituir um marco de pacificação e união nacional, que tanto pedimos, e é fundamental para o bem-estar da população e para a possibilidade de progresso e ordem no nosso país”, justificou.

Bolsonaro ignorou solenemente os apelos, apesar dos salamaques de próceres do Centrão, como o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em encontro com empresários em São Paulo, Lira afirmou que “não haverá nada” no Dia da Independência. A uma plateia formada majoritariamente por empresários do setor financeiro, em São Paulo, Lira disse que o Congresso é reformista e que tem trabalhado para reduzir conflitos. •



Michael Mello

“A DEFESA DA DEMOCRACIA É VITAL PARA O BRASIL”

Pedro Camarão

Os governadores de todos os estados do Brasil e do Distrito Federal estão preocupados com a crise institucional que vem sendo promovida por Bolsonaro e, por isso, se organizam para defender a democracia. Governador do Piauí e presidente do Consórcio Nordeste, Wellington Dias explica a **Focus Brasil** que independentemente das filiações partidárias, os administradores dos estados e do Distrito Federal estão alinhados quanto à importância da estabilidade e da paz. Articulador do diálogo entre os estados e outros poderes, ele diz que existem tratativas com o Congresso para garantir medidas de proteção social e de defesa

do meio ambiente, políticas que vem sendo desmontadas desde o Golpe de 2016.

Focus Brasil – Na quarta-feira, governadores assinaram carta em defesa da democracia, compromisso de “proteger a ordem” e de não participar de qualquer ação fora da Constituição. Ao mesmo tempo, a nota conclama a sociedade a defender a legalidade. Qual deve ser a atuação dos governadores nesse contexto de crise?

Wellington Dias – Além da gestão dos estados e DF, nós governadores, a governadora Fátima [Bezerra], temos também uma obrigação política. Representamos uma posição política vinda do povo e, nesse aspecto, o lado destacado é que através do Fórum dos Go-

vernadores do Brasil reafirmamos uma posição, que eu diria, quase unânime no colegiado: a defesa da democracia como vital para os avanços que o Brasil teve até agora. E, ainda, a importância da defesa da democracia pensando no presente e no futuro. Significa também a defesa, o trabalho para que a gente tenha o cumprimento da Constituição e das leis. Isso não é só um jogo de palavras. Na verdade, nossa Constituição de 1988, com tudo o que tem de bom e algo que tenha ainda por melhorar, funciona como um manual para a vida, a relação do Brasil com o mundo e sua soberania. A garantia de que a gente tenha ali os direitos individuais, coletivos, a questão social, enfim, e principalmente, a harmonia entre os poderes e ainda o compromisso da de-

mocracia que abre possibilidade para cada um dos que nascem no Brasil para desenvolver qualquer profissão. Com certeza, essa posição do Fórum dos Governadores para o momento que a gente vive é fundamental.

– Para além da esfera federal, temos visto manifestações de policiais militares em apoio à conspiração golpista promovida pelo presidente. Quais são as medidas possíveis para coibir esse tipo de movimento?

– É claro que temos situações muitas vezes de manifestação de policiais aposentados, na reserva. É diferente de quem atua, quem está em atividade. Veja que de forma firme, enérgica, em cada lugar do Brasil, independente de partido, temos tido posições pela garantia do respeito, da disciplina, do cumprimento da Constituição e da lei. E neste aspecto, com certeza, é fundamental para aquilo o que o Brasil mais precisa para a estabilidade, para a confiança, para um ambiente não só de harmonia, mas para que o país possa na relação com investidores, com outras pessoas de outros lugares do mundo e que precisam encontrar aqui aquilo que foi sempre próprio do Brasil, a paz, o respeito ao outro. A segurança dos estados tem um papel fundamental. E vamos cumprir.

– A partir desse encontro houve uma proposta de uma nova reunião com o presidente. O senhor acredita nessa possibilidade?

– O presidente da República, pelo que foi noticiado nas últimas horas, estaria colocando dificuldades para a agenda. Mas nós colocamos ali uma posição que não é só estratégica, é uma necessidade do Brasil. O país tem um conjunto de problemas. Estamos diante da necessidade de controle da variante Delta. Para isso, [é preciso]

mais vacinação. É preciso discutir sobre encurtar o tempo entre 1ª e 2ª dose para que a gente tenha mais vacina para poder, inclusive, aplicar a 3ª dose, principalmente na população com mais de 70 anos. Isso é um tema que diz respeito à vida, é parte do pacto pela vida que buscamos desde o início da pandemia. Mas existem também os efeitos sociais. Pessoas estão passando fome, desempregadas e precisam dessa atenção e de medidas concretas de quem é prefeito, governador e presidente

O BRASIL PRECISA É DE MEDIDAS PARA GARANTIR RECURSOS PARA ASSEGURAR A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

da República. As equipes devem estar integradas com o setor privado, com as igrejas para que possamos dar conta.

É isso o que queremos tratar com o Congresso, o programa voltado para essa rede de proteção aos mais pobres, o auxílio emergencial financeiro, alternativa de crédito para que se possa garantir condição de uma renda permanente. Precisamos garantir, por exemplo, um projeto como outros países fizeram para uma retomada econômica segura na medida em

que se avança em vacinas. Os EUA, para citar uma referência muito colocada aqui no Brasil, investiu US\$ 1,2 trilhão de dinheiro público no país. O Brasil precisa de medidas para garantir recursos públicos somados aos privados para facilitar a atração de investimentos. A política do teto de gastos não é razoável nesse momento. É preciso garantir que evitemos um desequilíbrio na Federação. Queremos uma reforma tributária, mas que traga mais justiça social. Municípios e estados estão afinados nesse caminho. Agora, estamos dialogando com outras esferas para tirar o Brasil dessa pauta de guerra, aparentemente voltada para as eleições de 2022 e trazê-lo para os interesses do povo brasileiro.

– Sobre o Consórcio do Nordeste, o trabalho dos estados vem fomentando políticas de proteção social, inclusive no âmbito da pandemia, que não existem por parte do governo federal. Quais são essas políticas?

– No Nordeste temos a crise derivada da pandemia, mas que também é agravada desde o processo de ruptura com a cassação ilegal da presidenta Dilma Rousseff. Desde então, a gente entrou em uma linha de instabilidade, praticamente parando todos os programas sociais que existiam no Brasil. Todas as áreas que são de necessidade do povo foram afetadas. Temos uma rede de proteção com crédito por meio de cartão pelo qual se transfere renda para famílias que estão fora dos programas sociais. Ao mesmo tempo, garantimos comida adquirindo alimentos da agricultura familiar. Agora, temos o auxílio financeiro para órfãos da Covid, o programa Nordeste Acolhe. São crianças e adolescentes que precisam de apoio. Estamos atendendo a necessidade da população com renda e ofício para que renda. •

5 ANOS DEPOIS, RETROCESSO DE UM SÉCULO

Os golpistas fardados e civis que agem como na República Velha transformaram o Brasil em país periférico e, agora, em motivo de piada mundial. Temos um governo demolidor do futuro

Elvino Bohn Gass

Neste 31 de agosto, completam-se cinco anos da efetivação do golpe político, midiático e judicial contra a presidenta Dilma Rousseff. Com uma justificativa sórdida de que teria havido “pedalada fiscal”, afastou-se uma presidenta legítima e íntegra para possibilitar a destruição de direitos da população, num movimento que retirou, ilegalmente, Lula das eleições de 2018 e permitiu a eleição de um perverso que aprofundou o modelo antinacional e antipopular inaugurado pelo golpista Temer.

Em cinco anos, o Brasil retrocedeu um século em termos de direitos sociais e trabalhistas. Os golpistas fardados e civis que agem como na República Velha transformaram o Brasil em país periférico e, agora, em motivo de piada mundial. Os retrocessos abarcam um leque que vai da entrega do pré-sal aos estrangeiros, privatizações a preço de banana, até a destruição brutal da floresta amazônica e de outros biomas, cuja biodiversidade tem valor inestimável. Além do estímulo à intolerância, à ação de milícias armadas e aniquilamento da Constituição.

O desemprego e subemprego atingem mais de 40 milhões de brasileiros, a fome voltou, com mais de 100 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Pesquisas indicam que 44% das pessoas já não estão comendo carne, e 41% já não consomem mais frutas. E 61 milhões de

pessoas vivem em situação de pobreza no Brasil e quase 20 milhões na extrema pobreza.

O golpe levou ao poder um governo demolidor do futuro. Um desastre que o povo sente no bolso. O preço da gasolina explodiu – saltou de R\$ 2,80 na época de Dilma para R\$ 7. O gás de cozinha subiu de R\$ 40 para mais de R\$100, os preços dos alimentos estão nas alturas, os salários congelados empobrecem a classe média e os trabalhadores. Os lucros da Petrobrás foram para a estratosfera, pois uma empresa criada para contribuir com o desenvolvimento nacional está nas mãos de abutres que dolarizaram a gestão e agem para atender exclusivamente aos interesses de acionistas privados.

Lula e Dilma criaram a política de valorização do salário mínimo, com reajuste pelo índice da inflação mais o crescimento do Produto Interno Bruto. Nos cinco do pós-golpe, o reajuste foi só pela inflação. Ou seja, não houve ganho real. Congelado, os assalariados compram menos, a economia não gira.

O golpe cínico, autoritário e conservador abriu caminho para cortes de direitos, mas foi além. Estudo recente da UFMG revela que nos últimos cinco anos, o Brasil rumou a passos largos para o passado, aumentando as exportações de bens primários e diminuindo as exportações de produtos industrializados.

A participação dos primários na pauta aumentou de 37,2% em 2016 para 44,3% em 2020. A dos

produtos de média e alta tecnologia caiu de 20,2% para 14,2% e de 5,2% para 3,1%. Que futuro tem um país que abre mão de seu parque industrial para virar exportador de grãos e minérios sem agregar renda local?

Nós, do PT, lutamos muito contra o golpe, pois Dilma foi eleita legitimamente e não cometeu nenhum crime. O golpe foi um crime contra a democracia e uma profunda injustiça. Foi um embuste para devolver às elites endinheiradas do país o controle pleno do Estado. As reformas mentirosas e que assaltam direitos nesses cinco anos comprovam o porquê do assalto ao Estado pelas elites que, historicamente, nunca distribuíram renda e subjugaram os trabalhadores aos seus interesses.

Dilma representava a resistência de um governo que insistia em usar o poder presidencial a favor do povo. Povo esse que, hoje, engrossa as filas do desemprego e voltou a viver na miséria.

Desde que o poder mudou de mãos no Brasil, o que se vê é um estreitamento da participação social, um retrocesso político, humanitário, cultural, democrático. O projeto do governo Bolsonaro é de tornar o país atrasado, radicalizado, com uma elite rica e privilegiada. Até o momento, esse modelo tem sido implementado.

Em 2022, o povo brasileiro poderá dizer não a esse modelo predatório, elitista e subalterno aos interesses estrangeiros. Lula vem aí.

Deputado federal pelo Rio Grande do Sul, é líder do PT na Câmara dos Deputados.



Reprodução

BOBBIO E GRAMSCI: UM BASTA À DOENÇA FASCISTA

Hoje, quando o Supremo parece ter perdido o controle da Constituição e as “tecnicidades” começam a ser substituídas pela “ação direta”, temos que nos indagar quem protege e comanda o Direito no país? Na Alemanha era Hitler mas, e aqui?

Tarso Genro

Em setembro de 1997, recebi uma carta do professor Pietro Polito, colaborador e discípulo de Norberto Bobbio (1909-2004). Ele me informou da saúde do mestre que eu pretendia visitar em breve, passando-me – além de notícias do seu já difícil estado de saúde – um comentário dele, Bobbio, a respeito

do meu livro “Utopia Possível”, pelo qual eu tentara conciliar algumas idéias-chaves de Marx, com outras tantas do professor Bobbio.

Seu comentário encorajou-me a aprofundar as leituras de Bobbio e Gramsci, que eu já vinha fazendo há algum tempo e que então retomei com mais intensidade: “O professor Bobbio formou a ideia – asseverou o professor Polito – que existe entre as opiniões expressas pelo senhor e as próprias, notáveis

afinidades que mereceriam ser aprofundadas posteriormente”.

Lembro esta passagem da minha precária atividade intelectual – supletiva da minha militância política – a propósito de uma manchete da “Newsletter” do *Estadão*, publicada em 5 de maio, com o seguinte texto: “Sociedade não quer saber de ‘tecnicidades’, mas de punição exemplar para os condenados por corrupção”.

A palavra ‘tecnicidades’, coloca-

da de forma nitidamente deletéria chama atenção pela alarmante sinceridade fascista que ela assume no contexto atual.

Como o Estado de Direito enfeixa, de um lado, um conjunto de princípios inscritos na Constituição e, de outro, um conjunto de instituições que interagem principalmente através de uma “técnica” interpretativa, que visa a aplicação das leis, a palavra não poderia ter tido outra leitura. No seu “Teoria do Ordenamento Jurídico”, o Professor Bobbio irriga de inteligência as dimensões do Estado de Direito Democrático, na sua versão liberal-democrática, servindo-se precisamente destas “tecnicidades”.

As “tecnicidades” são a garantia, pois, do funcionamento do Estado de Direito. Elas, segundo Bobbio, ensinam os “pesos e contrapesos” passíveis de compor liberdade e autoridade, acusação e defesa, bem como a relação equilibrada entre os poderes, para não permitir que a soberania estatal se concentre apenas no indivíduo-governante. Sem isso, este governante seria um intérprete sem controle, para a aplicação da Lei em nome do Estado de forma arbitrária. É a decisiva influência de Kelsen, da Teoria Pura do Direito, sobre Norberto Bobbio, que vai saber pesar e ponderar as teorias de Kelsen, propondo uma atenção crítica, tanto para os “poderes invisíveis” do capital em qualquer democracia, como para a manipulação da informação pela burocracia estatal ou pelo crime organizado.

O mais importante do pensamento de Bobbio, no particular, é que ele entende que estas técnicas ou “tecnicidades”, como diz o Estadão (que compõem o Estado de Direito) deveriam dar “forma”, tanto a um Estado de Direito socialista, como capitalista ou social-democrata.

Do pensamento de Bobbio – assim concebido – vem o conceito que sem a obediência das “for-

mas” do Estado de Direito, tanto o capitalismo como o socialismo tendem para o totalitarismo. O origem do pensamento de Bobbio, como principal crítico italiano do “marxismo soviético, são as leituras de Benedetto Croce, Giovanni Gentile, Locke, Hobbes, Hegel, inclusive Marx e Gramsci, como ele mesmo afirmou na série de entrevistas testamentárias, concedidas ao mesmo professor Piero Polito, seu fiel amigo e colaborador (Revista “La insignia” set/2007).

“Nunca me senti um verdadeiro escritor” – disse Bobbio ao profes-

DISSE GRAMSCI: “O FASCISMO NÃO É UMA ANOMALIA, MAS SUPÕE A ATUALIZAÇÃO DO PROJETO HEGEMÔNICO BURGUÊS SURGIDO DO RISORGIMENTO”

sor Polito – numa daquelas entrevistas, “uma coisa é escrever, outra é ensinar”. E após reportar-se a Leopardi – que ele amava e venerava como poeta – apresenta-se como uma pessoa “que escreve mas não é escritor”, porque, na sua modéstia, entende que “nunca torna preciosas as coisas que toca”.

O escritor ilumina e dá fulgor ao mundo com a palavra, o professor “que escreve” – diz Bobbio – lida com conceitos sem paixão: “não é um demagogo nem

um profeta”. Já Antonio Gramsci, nos seus “Cadernos do Cárcere”, com sua práxis revolucionária, complementa e refuta Bobbio: ele é, ao mesmo tempo, um “professor”, para classe operária italiana derrotada pelo fascismo, e um “iluminador” da cultura italiana.

Gramsci – escritor e professor – analisa nos seus “Cadernos”, o teatro político que fez ascender Mussolini e suas turbas, muitos semelhantes aos grupos de marginais, que apoiados pelo ódio à esquerda – disseminado pela incriminação em abstrato feita pelo oligopólio da mídia – já se tornam justiceiros da ação direta, sem as “tecnicidades” da Justiça do Estado de Direito.

Aliás, nos trabalhos teóricos de Gramsci, está a visão de que “o fascismo não é uma anomalia, mas supõe a atualização do projeto hegemônico burguês surgido do Risorgimento”, o que analogicamente permitiria concluir que, não podendo fazer avançar o projeto neoliberal no Brasil por dentro da democracia, suas classes dominantes mais ligadas ao capital financeiro global não hesitaram em golpear um mandato presidencial legítimo e também turbinar a violência fascista, para ajudar a impor o seu projeto, mesmo contra a Constituição.

O espírito de turba, transformado em ação direta de “Justiça” como no recente caso da invasão de domicílio do ex-ministro José Dirceu, está bem transcrito em Carl Schmitt (“O Führer protege o direito”), quando ele zomba do direito liberal-burguês (do Estado de direito formal e “técnico”), vinculando mecanicamente o pensamento interpretativo do “Führer” ao próprio direito, sem as mediações da estrutura formal-legal. E diz: “Todo o direito tem a sua origem no direito do povo à vida. Toda a lei do Estado, toda a sentença judicial contém apenas tanto direito quanto lhe afluí dessa fonte. O res-



Reprodução

to não é direito, mas 'um tecido de normas positivas coercitivas', do qual um criminosos hábil zomba".

Destes conceitos, precisamente, vem a necessidade de uma "justiça" promovida por grupos – indignados e violentos – que suprimem o direito posto pelo Estado e resolvem-no como ação direta contra os "criminosos hábeis", estes – por óbvio – indicados arbitrariamente por quem "protege" e comanda o Direito.

Na Alemanha era Hitler, mas aqui – nos dias de hoje – quem protege e comanda o direito? A ausência destas "tecnicidades" permitiram a dura censura imposta ao Estadão pela ditadura militar, quando este jornal deixou de apoiá-la de forma irrestrita. Hoje, quando o Supremo parece ter perdido o controle da Constituição e as "tecnicidades" começam a ser substituídas pela "ação direta" – tanto do oligopólio da mídia, que indica culpados, julga e os sanciona publicamente, com ou sem culpa – como pelos grupos de bandedeiros que invadem domicílios e agridem pessoas processadas, temos que nos indagar quem protege e comanda o Direito no país?

E o fazer, principalmente, para que o Supremo retorne, em breve, à condição de ser o guardião da Constituição.

A articulação política – espontânea ou planejada – entre o oligopólio da mídia, os procuradores de Curitiba e o juiz Sérgio Moro, sancionando conduções coercitivas ilegais, vazamentos seletivos, prisões infinitas sem trânsito em julgado, delações premiadas com objetivos políticos explícitos, tem legitimado as violências de rua contra a esquerda e vilipendiado os ministros do Supremo.

Quando estes reagem segundo a sua visão da Lei e da Constituição, obedecendo as técnicas mais comuns de interpretação do ordenamento jurídico, são logo jogados à sanha de uma "opinião pública" manipulada, como se fossem cúmplices de ilegalidades ou até mesmo de crimes. Os que vibram, hoje, com estas anomalias destrutivas da Democracia e da República, poderão sofrer, amanhã, as mesmas violências, tanto do guarda da esquina, como de outras turbas indignadas que emergirem da anomia sem política e sem garantias.

O professor Tercio Sampaio Ferraz Jr., na apresentação que fez da "Teoria do Ordenamento Jurídico", diz que "uma crise só se transforma em desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos". É precisamente o que está ocorrendo no país: os conceitos "prévios", para a interpretação da Constituição, estão sendo orientados por quem comanda a opinião fora do Direito a partir do seu controle faz o Direito: o oligopólio da mídia.

Responder ao quase beco sem saída, em que a exceção nos enfiou, com imaginação política e jurídica, para que país não sucumba ao desastre, é urgente. Antes que a doença da violência sem limites e sem programa mate a possibilidade de um projeto de nação democrática. Imaginação já não nos falta e a coragem já se apresentou com milhões de cidadãos que fizeram e apoiaram a greve geral. •

Ex-governador do Rio Grande do Sul,
foi prefeito de Porto Alegre, ministro da
Justiça, ministro da Educação e
ministro das Relações Institucionais do
Brasil nos governos Lula.

ENTULHO REMOVIDO

Pelo projeto de lei aprovado, não constituem mais crimes contra o Estado Democrático de Direito as manifestações críticas, a atividade jornalística e a reivindicação de direitos

LSN

A Lei de Segurança Nacional (LSN) é um esqueleto autoritário no armário da democracia constitucional brasileira. Flagrantemente incompatível com a Constituição Federal e historicamente manipulada para instrumentalizar perseguições políticas, substituí-la por uma Lei de Garantia do Estado Democrático de Direito é um avanço civilizatório que exige a preocupação central com a preservação da liberdade de expressão, do direito de resistência e dos movimentos sociais.

Imbuído deste propósito, o Núcleo de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo (NAPPs) fomentou a proposta de revogação da LSN, com a consequente eliminação da doutrina da segurança nacional e da lógica bélica de combate ao inimigo, promovendo-se a proteção dos direitos fundamentais e da atuação dos movimentos sociais, da atividade jornalística, da advocacia e das demais instituições democráticas.

Se a tarefa é a superação da LSN, obviamente não bastaria produzirmos uma nova lei que mantivesse a mesma estrutura persecutória coberta por um verniz de legalidade. Ao longo das últimas décadas, foram apresentados diversos projetos de lei, tal qual o PL 6764/2002 encaminhado pelo então ministro da Justiça Miguel Reale Jr., que, a pretexto de substituir a LSN, reciclam o entulho autoritário sob uma nova roupagem.

Como um dos pontos de partida para os debates que resultaram na aprovação, no Senado Federal, do PL 2.108/2021 – que revoga a LSN e inclui um novo título no Código Penal para tratar dos crimes contra o Estado Democrático de Direito –, o PL 3864/2020 apresen-

tado pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP) promoveu significativos avanços em face dos projetos anteriores, pautados pela reedição da doutrina da segurança nacional em crimes tais como “atentado à soberania”, “traição”, “insurreição”, “conspiração” e “sabotagem”, historicamente vinculados à perseguição de opositores do governo e não à preservação da democracia.

O modelo ideal deveria ser a substituição da lei atual, repleta de conceitos amplos e indeterminados, por um projeto minimalista, que delimitasse o alcance dos

O PROJETO É ADEQUADO E, EMBORA AINDA DISTANTE DO MODELO IDEAL, PROMOVERÁ INEGÁVEL AVANÇO EM RELAÇÃO À LEI VIGENTE

tipos penais a atos que efetivamente atentem contra a estrutura do Estado Democrático de Direito constitucionalmente estabelecido.

No fim do dia, conseguiu-se aprovar no Congresso um projeto adequado que, embora ainda distante do modelo ideal, promoverá inegável avanço democrático em relação à lei vigente, visando essencialmente afastar de vez qualquer possibilidade de criminalização de ações sociais e políticas, indispensáveis a qualquer democracia.

Como pontos positivos, destacam-se a previsão expressa de que não constituem crimes contra o Estado Democrático de Direito as manifestações críticas, a atividade jornalística e a reivindicação de direitos (art. 359-T) e a exclusão de tipos penais absolutamente incompatíveis com a ordem constitucional, que permaneciam formalmente vigentes na Lei de Segurança Nacional e vinham sendo utilizados como instrumento de perseguições políticas.

Entretanto, é preciso sublinhar que existem pontos críticos que exigirão vigilância contínua à aplicação da lei pelo sistema de justiça. Nesse sentido, destaca-se negativamente a perpetuação da lógica bélica de combate ao inimigo, reeditada especialmente nos crimes de atentado à soberania (art. 359-I), atentado à integridade nacional (art. 359-J), espionagem (359-K) e sabotagem (art. 359-R), pois a utilização de conceitos indeterminados e historicamente relacionados à doutrina da segurança nacional podem, mesmo contra a vontade do legislador, servir de instrumento a perseguições políticas.

O canto da sereia anuncia que a partir da segurança nacional se instala a ordem democrática, mas a história revela que o punitivismo penal só produz o caos e a violência. Nesse sentido, embora se revelasse muito mais compatível ao ideal constitucional a adoção de uma lei minimalista, exatamente como o PL 3864/2020 apresentado pelo deputado Paulo Teixeira, é preciso reconhecer que a sanção integral ao projeto aprovado no Congresso Nacional promoverá inegável avanço democrático em relação à atual LSN e aos projetos anteriores que se prestavam à reciclagem desse entulho autoritário, especialmente pela proteção das manifestações críticas, da atividade jornalística e da reivindicação de direitos. •



ELEIÇÕES 2022

LULA: A CAMINHADA PELA RECONSTRUÇÃO DO PAÍS

Ex-presidente encerra a caravana da esperança, depois de discutir o futuro do país com líderes políticos, representantes dos movimentos sociais e governadores do Nordeste: "Nossa tarefa é reconstruir o país e o futuro"

Ricardo Stuckert

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva concluiu, na sexta-feira, 27, a primeira etapa da jornada pela aliança em favor da democracia e da reconstrução do Brasil. Ele encerrou a caravana que fez ao longo de duas semanas por seis estados do Nordeste. Lula deixou uma mensagem de otimismo e de esperança para o povo. “Hora de ampliar nossas conversas”, disse, após encontros em Fortaleza com os líderes políticos Tasso Jereissati (PSDB), Cid Gomes (PDT) e Eunício Oliveira (MDB), além de representantes do PSol e PCdoB.

“Dividimos uma longa caminhada em defesa de democracia e de um projeto de inclusão. E compartilhamos a preocupação com o momento que atravessa o nosso país”, disse Lula sobre o encontro com Cid Gomes. Sobre a conversa com Jereissati, o ex-presidente reforçou que a democracia é o centro do debate. “Os democratas deste país têm a responsabilidade e o desafio de resgatar a civilidade da política brasileira pelo bem do Brasil”, lembra.

Mas, além dos encontros políticos, não faltou o reencontro de Lula com o povo na passagem pelo Ceará. Em um grande ato com artistas e líderes de movimentos sociais, o ex-presidente ressaltou que o sucesso dos governos do PT se deu em razão de ideias surgidas em conversas com representantes desses movimentos.

“Quero lembrar uma de minhas músicas, que fala de um mistério que existe e que quando derrama suas faíscas, despeja seu trovão, acaba com tudo, modifica tudo que não é certo não. Pavão misterioso é outro



DEFESA DA DEMOCRACIA Lula em Fortaleza, foi recebido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Na pauta, os ataques de Bolsonaro às instituições e a defesa da democracia. Ele também foi recebido pelo governador Camilo Santana e pelo senador Cid Gomes (PDT-CE)

pássaro sagrado que Lula também incorpora”, disse o cantor e compositor Ednardo.

Já no Rio Grande do Norte, Lula adiantou que a caravana da esperança é só o começo de uma grande articulação para recuperar o Brasil. “Quero conversar com muita gente e, até o fim do ano, passar por todos os estados. Conversar com empresários, trabalhadores, fazendeiros, trabalhadores rurais, gente comum da sociedade, para construir não uma aliança para ganhar as eleições, mas sobretudo para recuperar o Brasil”, declarou.

Em encontro com dirigentes de movimentos sociais e culturais, Lula, que esteve acompanhado da governadora Fátima Bezerra (PT) e do senador Jean Paul Prates (PT-RN), reforçou, no Dia do Artista, a importância da soberania nacional para o povo brasileiro “andar de cabeça erguida e ter orgulho do chão onde pisa”.

Já na Bahia, encontrou-se com dirigentes de partidos políticos, movimentos sociais e culturais, indígenas e do movimento negro. O primeiro compromisso foi o encontro com o PT e representantes de organi-



FÉ E RESPEITO Católico, Lula recebeu em Salvador, na Bahia um abraço carinhoso de representantes de movimentos culturais e religiosos de matriz africana e uma bíblia. Ele pregou o respeito e a defesa da liberdade religiosa no país

zações sociais no ato “Combater a Fome e Reconstruir o Brasil”, na Assembleia Legislativa da Bahia.

Lula lembrou que o país é o terceiro maior produtor de grãos do mundo e não precisa ter o povo passando fome. Ele também lamentou que as mulheres ainda sofram com a violência de gênero. “Sempre falo da minha mãe porque acho que a minha causa é a mesma que a dela. Ela apanhou do meu pai, saiu de casa com oito filhos e ainda pariu um cabecudinho que virou presidente da República. Ela só queria cuidar dos filhos. E eu quero cuidar do povo brasileiro”, afirmou.

Acompanhado do governador Rui Costa (PT) e dos senadores Jaques Wagner (PT-BA) e Rogério Carvalho (PT-SE), Lula visitou a Policlínica de Narandiba. Ele afirmou que o Brasil só sairá da atual crise quando começar a discutir seus reais problemas e parar de dar importância às “loucuras” de Bolsonaro.

“O Sete de Setembro é um dia oficial de comemoração e acontece desde a Proclamação da

República. O Bolsonaro está tentando tirar proveito. É mais uma bravata. Ele só vive disso”, avalia.

“Ele anda desesperado, inventa história todo dia, conta mentira, faz provocação a tudo e a todos, tenta desacreditar as instituições. Mas nós precisamos

**“QUERO CONVERSAR
COM MUITA GENTE
E, ATÉ O FIM DO
ANO, PASSAR POR
TODOS ESTADOS.
VAMOS CONSTRUIR
UMA ALIANÇA
PARA RECUPERAR
O BRASIL”**

nos manter com a cabeça tranquila, preocupados com este país, com o povo, com o emprego, em garantir que a população viva em paz, e não dar muita importância para as loucuras do Bolsonaro, que cai mais em descrédito a cada manifestação que faz”, destacou.

O último compromisso do ex-presidente em Salvador foi na senzala de Barro Preto, sede do Ilê Aiyê, onde se encontrou com representantes do movimento negro. Em discurso, o petista afirmou que, se eleito, os negros “não serão apenas consultados, mas vão montar a estrutura” do governo. “Daqui para frente, não dá para discutir política nesse país se a gente não colocar na pauta a questão do povo negro, a questão do jovem negro, a questão da mulher negra, se a gente não colocar na pauta a questão dos índios, se a gente não colocar na pauta a questão das mulheres e das mulheres negras, se a gente não colocar na pauta a questão dos LGBTs”, apontou.

“Temos que mudar efetivamente a forma de enxergar as



soluções do Brasil, porque toda a estrutura de governança do Brasil e toda a estrutura das instituições foi feita há muitos anos por uma elite, e quando eles fizeram isso só podia votar quem tinha propriedade de terra, salário alto, diploma universitário”, acrescentou.

No encontro, Lula ainda fez um aceno aos religiosos. “Como cidadão brasileiro, tenho minha religião. Todo mundo sabe que sou católico, mas enquanto candidato ou presidente da República, todas as religiões desse país serão tratadas com a maior decência, com o maior respeito e eu jamais, jamais, enquanto governo irei permitir o autoritarismo de uma religião sobre a outra”, explicitou.

“Eu não acredito que o genocida [Bolsonaro] seja religioso. Eu não acredite que ele acredite em religião, não acredito que ele acredite em Deus. Deus simboliza o amor, a bondade, a fraternidade, um ser humano carinhoso, e eu não posso admitir que o Deus do Bolsonaro seja esse que nós gostamos e amamos”, disse.

Na passagem pelo Nordeste, Lula visitou ainda Piauí, Maranhão e Pernambuco. A expectativa é que o ex-presidente faça, até o final do ano, uma nova caravana pelos demais estados da região. •

DEFESA DO LEGADO DE VARGAS E ALERTA SOBRE PETROBRÁS

No dia 24 de agosto, data de morte do ex-presidente Getúlio Vargas, Lula, que estava no Rio Grande do Norte, homenageou o ex-presidente e defendeu o legado deixado pelo líder trabalhista na conquista dos direitos dos trabalhadores e construção de um Brasil mais soberano.

“É importante recordar a ousadia e o compromisso de Getúlio com a soberania nacional, simbolizada na criação da CSN e em um conjunto de iniciativas que transformaram o Brasil em um país industrializado, quando queriam nos condenar a ser, eternamente, uma nação essencialmente agrícola”, lembrou. “Nenhum país é soberano se não for capaz de desenvolver todo seu potencial econômico e voltar esse potencial para a geração de empregos e oportunidade para o seu povo. Foi esse o caminho que Getúlio abriu para muitas gerações”.

Lula destacou ainda a construção da Petrobrás, em 1953, no governo Getúlio, e lamentou o desmonte da companhia por Bolsonaro. “A gente não teve coragem de levantar para evitar

que um dos mais importantes patrimônios públicos desse país, uma das empresas mais importantes para o investimento tecnológico nesse país fosse destruída”, pontuou.

“A Petrobrás não era só uma empresa de petróleo, mas uma empresa com capacidade de investimento”, destacou. “Quando chegamos ao governo, ela investia mais ou menos US\$ 3 bilhões por ano. Quando eu era presidente, chegamos a investir US\$ 30 bilhões por ano. Foi por isso que encontramos o pré-sal e foi por isso que eles deram o golpe contra a Dilma”.

Lula foi certo: “A gente tinha decidido que o petróleo do pré-sal seria o passaporte do futuro deste país, que a gente ia investir 75% dos royalties do petróleo em educação, ciência e tecnologia e na saúde. Com a lei da partilha a gente deixou claro que esse petróleo não era para que as multinacionais explorassem, mas era do povo brasileiro. E a gente se propôs a criar um fundo para que a gente pudesse garantir que todos os 215 milhões de brasileiros tivessem direito”. •



Arquivo

HADDAD DEFENDE LULA E ATACA BOLSONARO

Em entrevistas, o ex-prefeito de São Paulo diz que as ameaças do atual presidente vão acabar tirando-o do segundo turno em 2022. Ele elogiou iniciativa dos governadores de barrar o golpismo do Planalto

Ex-prefeito de São Paulo e candidato à Presidência da República em 2018, Fernando Haddad concedeu entrevistas e, entre os assuntos abordados, relembrou o apoio que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu à política de defesa nacional. “Todos sabem que Lula foi o presidente que mais investiu nas Forças Armadas. Não precisa escrever carta para eles, não faz o menor sentido”, declarou, em entrevista ao Portal Fórum.

Na terça-feira, 24/08 entrevistado pela jornalista Miriam Leitão, na GloboNews, Haddad disse que o encontro de governadores é um movimento importante para que a sociedade coloque um limite nas ameaças antidemocráticas de Bolsonaro. Na opinião do ex-

-ministro da Educação, Bolsonaro está fazendo tudo para não estar no segundo turno, o que em sua opinião seria muito bom para a sociedade brasileira.

Para Haddad, não há possibilidade de se resolver minimamente os problemas da educação com o atual ministro da pasta. Ele que a situação da educação brasileira dramática, por conta dos desca-minhos impostos pelo governo Bolsonaro.

O ex-prefeito tem cumprido uma série de agendas no estado de São Paulo. Na terça, 25, esteve na cidade de Cotia, em visita ao prefeito Rogério Franco (PSD). No encontro, tratou de projetos na área social e da educação para o município, além dos problemas da conjuntura nacional.

Na semana anterior, Haddad percorreu as cidades do ABC, onde debateu com líderes políticos, sindicais e do movimento social alternativas para a região. Ele esteve ainda na cidade de Araraquara para conhecer as experiências exitosas do prefeito Edinho Silva, do PT, no combate ao coronavírus.

Ele também está preocupado com a ameaça de retrocesso na política indigenista. Na quarta-feira, se mostrou preocupado com o julgamento no Supremo Tribunal Federal do recurso para alterar a política de demarcação de terras indígenas. “O STF dá sequência ao julgamento que pode definir a jurisprudência para a demarcação de terras indígenas no Brasil. O direito à terra e à vida têm sido negados aos povos originários neste governo genocida. Todo apoio aos povos indígenas”, disse.

Na sexta-feira, 27, Haddad participou da plenária estadual da Central Única dos Trabalhadores, onde foi o convidado para tratar de conjuntura. A preocupação com a disseminação da Covid-19 tem sido uma constante em suas andanças. “Morreram no Brasil quatro vezes mais que o esperado. Se a gente tivesse feito o básico, teríamos menos de 150 mil mortes, mas temos 575 mil. Então 400 mil brasileiros perderam a vida por causa de política e não por causa do vírus”, lamentou.

Enquanto Lula faz agenda no Nordeste, Haddad tem concentrado suas atenções ao estado de São Paulo. Epicentro do bolsonarismo em 2018, São Paulo foi palco naquela ocasião de uma aberração política: a chapa Bolso-Dória. A reconstrução de uma alternativa democrática e progressista no Brasil passa inevitavelmente pelo fortalecimento na principal unidade federativa do país. Ao assumir essa tarefa, Haddad demonstra que isso é possível. •



Allan Santos/PR

A DEMOCRACIA DERROTA O GENOCIDA

Más notícias para o governo. Em quatro pesquisas realizadas em agosto, cai a avaliação do Planalto, cresce a rejeição ao presidente e aumenta para 58% o número de brasileiros que defendem o impeachment

**Núcleo de Opinião Pública,
Pesquisa e Estudos (NOPPE/FPA)**

O mês de agosto foi contemplado com algumas pesquisas de opinião pública que reforçam tendência de aumento da reprovação do governo Bolsonaro, mostram a valorização da democracia e a rejeição a projetos autoritários ou militarizados. Neste artigo, tratamos de quatro pesquisas de diferentes institu-

tos, propondo um debate sobre seus resultados e suas escolhas metodológicas.

Na pesquisa PoderData, destaca-se o aumento de seis pontos percentuais – desde a última publicação – daqueles que rejeitam o governo, chegando a 64% de reprovação entre a população geral. Foi registrada também queda de três pontos percentuais entre aqueles que aprovam o governo, caindo de 34% para 31%. O segmento que mais rejeita

Bolsonaro é o da juventude: 76% da população entre 16 a 24 anos avalia o governo como ruim ou péssimo.

O percentual dos que acham que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deve sofrer impeachment saltou para 58%, segundo a mesma pesquisa. É um aumento de oito pontos em relação ao levantamento anterior, realizado no começo de julho. A proporção dos que acham que Bolsonaro deve continuar no cargo caiu 13 pontos percentu-

ais no mesmo período. Passou de 45% para 32%.

O último levantamento da XP/IPESPE mostra que são 54% os que consideram o governo ruim ou péssimo, ante 52% da última rodada – um crescimento dentro da margem de erro. O crescimento na rejeição também é contínuo desde outubro de 2020, quando 31% diziam considerar a gestão ruim ou péssima. Do outro lado, aqueles que aprovam o governo somam 23%. Destaca-se também a insatisfação com a economia. Cresceu quatro pontos percentuais quem avalia mal a condução das políticas econômicas, chegando aos 63% da população.

Com relação à intenção de voto, Lula (PT) aparece com 40% e Bolsonaro com 24% – ambos variando dois pontos em relação à última pesquisa. Lula para mais e Bolsonaro para menos.

A pesquisa publicada pelo Instituto Opinião faz um levantamento sobre percepções da população com relação à democracia e ao desfile militar do governo realizado em Brasília em 10 de agosto.

Entre a população geral, quase 75% acham que democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo, 84% rejeitam a volta da ditadura, e 58% acha que Bolsonaro quer implementar uma ditadura no Brasil. Ainda segundo essa mesma pesquisa, quase 60% da população tomaram conhecimento do desfile realizado em Brasília. Entre estes, 46,3% revelam que tiveram mais vergonha que orgulho e 47% acreditam que a imagem do Brasil fica pior no exterior após o evento.

A UERJ e IREE fizeram uma opção metodológica que merece destaque: roteiro semiestruturado em grupos focais com perfil pré-determinado – o que possibilita maior aprofunda-

Instituto	Metodologia	Período
Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE)	Qualitativa: 24 grupos focais distribuídos entre as 5 regiões do país. Os grupos ocorreram em São Paulo, Goiânia, Curitiba, Belém e no Recife.	14 e 29 de maio de 2021
XP/IPESPE	Quantitativa: 1.000 entrevistas; margem de erro de 3,2 pontos percentuais para mais ou para menos; intervalo de confiança de 95%. Via telefone, operador humano.	11 a 14 de agosto de 2021
Instituto Opinião Pesquisas (do Paraná)	Quantitativa: 1.500 entrevistas; margem de erro de 2,53 pontos percentuais para mais ou para menos; intervalo de confiança de 95%. Via telefone, operador humano.	13 e 14 de agosto de 2021
Instituto DataPoder (da Poder360)	Quantitativa: 2.500 entrevistas; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos; intervalo de confiança de 95%. Via telefone, URA (Unidade de Resposta Audível).	16 a 18 de agosto de 2021

mento dos temas a serem investigados. Para composição dos grupos, além de contemplar tradicionais variáveis socioeconômicas (sexo, renda, escolaridade, idade, religião, local de residência), utilizaram como variável filtro a escolha do voto em 2018 e o posicionamento em relação ao governo hoje. Assim, participaram dos grupos focais eleitores de Bolsonaro em 2018, mas divididos em dois perfis distintos: os que se arrependeram do voto e aqueles que ainda apoiam o presidente.

Pode-se destacar, como resultados, o fato de que mesmo entre os apoiadores de Bolsonaro, a democracia é considerada um valor, sendo poucos aqueles que se entusiasmam com a intervenção militar – opinião muito restrita aos homens mais velhos. Mesmo assim, há bastante relativização com relação ao que foi o regime militar de 1964-1985. Segundo o relatório da pesquisa, muitos acreditam que Cuba e Venezuela seriam exemplos mais contundentes de ditadura. Para eles, no Brasil, ainda que possa ter havido perseguição à “gente de esquerda”, houve um período que é lembrado por

uma maior sensação de segurança.

A publicação mostra também que os militares ainda gozam de bastante prestígio e tem uma imagem bastante idealizada – ainda que, entre os arrependidos do voto, surjam críticas consistentes em relação à capacidade de gestão dos militares (nos grupos focais encomendados pela UERJ e IREE, essa discussão está centrada ao redor da avaliação do general Pazuello à frente do Ministério da Saúde na pandemia).

Entre os apoiadores de Bolsonaro, é forte a ideia de que o presidente não performa bem, porque é impossibilitado de governar – seja pela ação do STF, seja pela pandemia.

Por último, vale destacar que o arrependimento do voto em Bolsonaro em 2018 não garante perspectiva imediata de intenção de voto em Lula. Muitos, no entanto, já consideram a possibilidade de votar no candidato petista em 2022. E, entre aqueles com mais resistência a Bolsonaro, há declaração aberta e entusiasmada com a perspectiva de volta do ex-presidente Lula à frente do governo federal. •



ACAMPAMENTO INDÍGENA É EXEMPLO DE RESISTÊNCIA

Supremo adia mais uma vez decisão sobre o “marco temporal”, que pretende espoliar terras dos povos indígenas. Mas a mobilização dos índios em defesa da demarcação de suas áreas vira referência na luta contra o bolsonarismo

Isaías Dalle

Seis mil representantes de 176 povos indígenas brasileiros deram um exemplo de mobilização ao longo da última semana. Reunidos em Brasília no Acampamento Luta pela Vida, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, com apoio de diferentes organizações, representantes dos povos originários foram ao centro do poder para garantir que o Supremo Tribunal Federal mantenha a demarcação de terras indígenas já existentes no país.

O STF acabou adiando para 1º de setembro a votação do processo que ficou conhecido como “marco temporal”. As duas sessões do tribunal foram acompanhadas por telão, do lado de fora da corte, por milhares de indígenas. Nos dias que as antecederam, índios realizaram manifestações culturais e marchas pela Esplanada dos Ministérios.

As imagens correram o mundo nas mídias tradicionais e nas redes sociais. O acampamento seria desmontado apenas no sábado, 28. Até o fechamento

desta edição, os líderes indígenas discutiam os próximos passos da mobilização. Algumas delegações decidiram permanecer em Brasília.

O “marco temporal”, assim designado como chamada jornalística, pretende desfazer aproximadamente 63% das demarcações de terras indígenas existentes e destiná-las a outros usos. Pelos cálculos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), essa seria a quantidade de reservas que seriam tomadas dos povos indígenas, caso seja aprovada a tese, segundo a qual somente seriam consideradas legais as demarcações de terras já ocupadas e tituladas por indígenas no momento da promulgação da Constituição de 1988.

Cara aos ruralistas e ao governo Bolsonaro, a tese voltou ao STF por causa de ação judicial movida em 2013 por um órgão ambiental do governo de Santa Catarina, acatada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) – sim, aquele mesmo que ficou famoso durante a Lava Jato.

A ação do governo catarinense quer tomar do povo xokleng a terra indígena Ibirama-Laklãnõ,

onde também vivem os povos guarani e kaingang. Porém, como é considerada de repercussão geral, a ação teria efeitos sobre o país inteiro e ainda comprometeria futuras demarcações.

O pedido já havia sido derrubado pelo próprio Supremo em 2009, em ação semelhante contra a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, demarcada pelo governo Lula. A sanha predatória não desiste facilmente.

O “marco temporal” é considerado contrário ao princípio do artigo 231 da Constituição, que diz: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

O ministro Edson Fachin, que leu o relatório na sessão de quinta-feira, 26, já havia depositado o voto em sessão anterior, realizada em junho – são cinco adiamentos em pouco mais de dois meses. Para Fachin, a tese dos ruralistas é inconstitucional e o direito indígena às terras, anterior à própria formação do Estado brasileiro. •



POLÍTICA DE COTAS: HORA DE AVALIAR PARA AVANÇAR

A implementação da política de cotas ressignificou a luta pelo direito à educação no Brasil. A entrada de sujeitos tratados como desiguais no ensino superior público e, principalmente, nas universidades federais, tem feito emergir conhecimentos e experiências. E isso tem transformado a ciência e a sociedade

Nilma Lino Gomes

No ano de 2022, o Brasil realizará eleições gerais e teremos a oportunidade de dizer não a um desgoverno federal que tantos retrocessos tem promovido em nosso país, reforçando a onda reacionária que ganhou espaço em nossa sociedade desde o Golpe de 2016.

Esse quadro por si só, já nos mostra o desafio a ser enfrentado no processo de avaliação da Lei 12.711/12, uma modalidade de ação afirmativa no ensino superior federal que institucionalizou as cotas sociais e raciais, a fim de

corrigir desigualdades históricas nesse nível de ensino.

É importante ressaltar que antes mesmo da aplicação da lei, várias universidades públicas implementavam alguma modalidade de cotas, várias delas com o critério racial.

No entanto, faltam-nos um monitoramento público da implementação da Lei de Cotas nas IFES que permita a realização de análises em nível nacional, regional e local mais profundas e detalhadas sobre o perfil dos estudantes que ingressaram pelas cotas por curso, turno, área do conhecimento, raça, gênero entre outros fatores sociais.

A ausência desse monitora-

mento que deveria ficar a cargo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Ministério da Educação é fruto da situação dramática de extinção e esvaziamento de ministérios, a imposição de perspectivas conservadoras, análises incompletas no trato dos dados nacionais, ataques à ciência, cortes orçamentários desencadeados a partir do Golpe de 2016 e acirrados pela ascensão da extrema direita ao governo federal, em 2018.

Diante desse quadro sombrio, os estudos críticos com enfoque no ensino superior e na implementação da referida Lei, apontam para a urgência de se

avançar em medidas mais eficazes que fortaleçam a sua implementação, reforcem o ENEM como mecanismo de acesso dos estudantes do Ensino Médio, em especial, negros, indígenas, quilombolas, pessoas do campo, pessoas com deficiência e estudantes de escolas públicas às Instituições de Ensino Superior e que impeçam as fraudes raciais. A não adoção dessas medidas pelo governo federal fragiliza a justa implementação da lei e a própria democracia.

Vários pesquisadores, pesquisadoras e militantes concordam que Lei 12.711/12 permitiu a ampliação do acesso de negros (pretos e pardos) e indígenas ao ensino superior público federal, embora ainda não represente uma inclusão social plena.

Há pontos que precisam ser aprimorados e é justamente esse aprimoramento que o Movimento Negro, os intelectuais negros e não negros e demais pessoas do campo progressista entendem como o dever público e político do Congresso Nacional ao discutir sobre a referida legislação, em 2022.

Mas não é esse o entendimento de um grupo de parlamentares que representam as forças conservadoras e reacionárias. Atualmente, há mais de uma dezena de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que desfiguram a Lei 12.711/12 e apenas em torno de cinco que preveem a sua revisão para corrigir distorções e fazê-la avançar.

Nesse contexto, chamo a atenção para a estratégia perversa dos aliados do desgoverno Bolsonaro e daqueles que, mesmo não concordando com as atrocidades do presidente, possuem uma leitura míope das desigualdades vendo-as apenas pela perspectiva da classe e desprezando o peso raça e do racismo nas trajetórias pessoais e acadêmicas de jovens negros e negras.

Eles propõem não uma avaliação da lei. Mas uma revisão conservadora desta corroendo, em especial, o critério racial. Sabemos que a inclusão emancipatória e afirmativa da raça, em qualquer preceito legal do nosso país – marcado por 400 anos de escravidão e pelo racismo estrutural – é uma ação política de combate ao racismo.

Nesse momento, em que os efeitos positivos da Lei de Cotas na democratização do acesso ao ensino superior se fazem sentir e uma juventude negra se mostra mais presente na graduação por direito e não por medida assistencialista, torna-se necessário avaliar a Lei 12.711/12 para fazê-la avançar e superar os entraves à sua plena execução. Precisamos tornar público que as ações afirmativas na modalidade das cotas trouxeram para o Brasil e para as instituições públicas de ensino superior o alargamento da sua dimensão pública, a presença da diversidade e, portanto, uma maior equidade.

As cotas revelam que, qualquer instituição pública brasileira, que não retrate de forma igualitária e equânime a diversidade social, étnica, racial e de gênero existente em nosso país, não cumpre com a sua missão pública. Acaba privilegiando segmentos sociais e étnico-raciais que já têm um histórico colonial de privilégios e reproduz a elitização social e racial da ciência e do conhecimento contra a qual aquelas e aqueles que defendem a universidade pública, o antirracismo e a democracia lutam historicamente.

Se uma primeira avaliação para avançar deve ser feita é no sentido de analisar quais questões nossas instituições de ensino superior passaram a ter que, não somente lidar, mas se posicionar publicamente diante das desigualdades sociais e raciais.

As ações afirmativas, de um modo geral e as cotas, em específico, representam a maior inflexão rumo ao aprimoramento ao direito ao ensino superior público no Brasil. A luta por essas políticas trouxe o entendimento do ensino superior como um direito e não como uma escolha ou o caminho comum para aquelas e aqueles cujas condições socioeconômicas, raciais e de gênero sempre lhes garantiram representatividade nos lugares de poder e decisão.

A implementação das cotas ressignificou a luta pelo direito à educação no Brasil. A entrada de sujeitos pertencentes a coletivos diversos e historicamente tratados como desiguais no ensino superior público e, principalmente, nas universidades públicas federais, tem feito emergir diversos conhecimentos e experiências produzidos por esses sujeitos nas suas vivências comunitárias, nas suas histórias ancestrais, na sua sobrevivência frente a tantas desigualdades e violências. E isso tem transformado a ciência e a sociedade.

No atual cenário, qualquer revisão da lei 12.711/12 deve ser encarada como um rara oportunidade de aprimorar uma legislação que mexeu em um dos núcleos da colonialidade do saber e do poder: o Ensino Superior. A presença dos sujeitos pertencentes aos coletivos sociais diversos e tratados historicamente de forma desigual nesse nível de ensino tem a capacidade de provocar profundas mudanças emancipatórias em nossa ainda tão excludente estrutura social. •

Professora titular Emérita da UFMG, é doutora em Antropologia Social/USP, pós-doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR, foi ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos no governo Dilma Rousseff.



62 MILHÕES DE BRASILEIROS TÊM CONTAS ATRASADAS

Os juros ao consumidor, que ganham novo impulso com a elevação da taxa básica pelo Banco Central, são um dos vilões da inadimplência, junto com desemprego, inflação e perda de compra dos salários

Isaías Dalle

Desde que passaram a existir índices que medem o endividamento, nunca antes tantas pessoas ou famílias brasileiras estiveram com contas atrasadas como agora. Um feito do governo Bolsonaro. São 62 milhões e 56 mil pessoas com algum tipo de dívida na praça, segundo os mais recentes dados do Mapa da Inadimplência no Brasil, produzido pela Serasa.

Em comunicado recente, Banco Central divulgou os dados de abril e admitiu que os índices já eram os mais altos desde que passaram a ser medidos oficialmente, em janeiro de 2005. O BC usa metodologia que mede apenas as dívidas das famílias com os bancos, mas as tendências das duas pesquisas é a mesma. Os últimos dados indicam que 58,5% das famílias brasileiras estão endividadas.

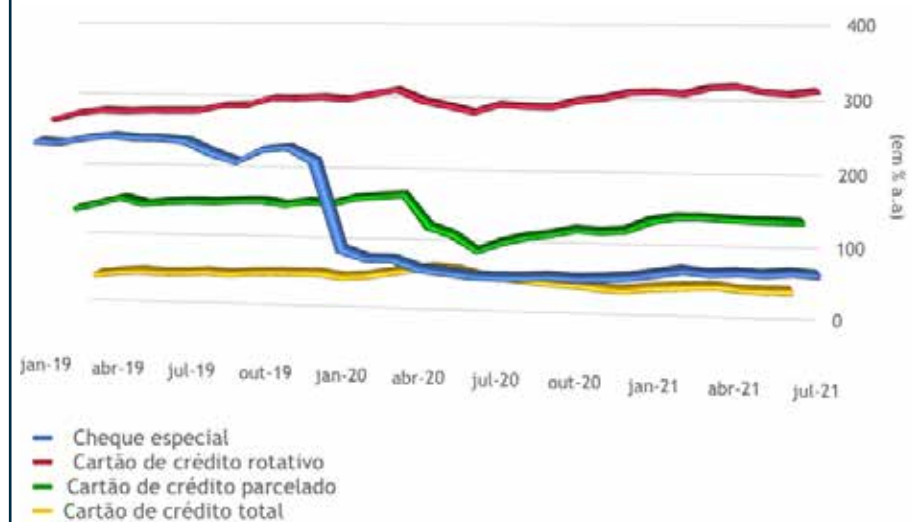
E não são dívidas comuns, daquelas de mercearia. Cada pessoa que entra nessa estatística da Serasa estava devendo, em média, R\$ 3.937, em maio deste ano. São mais de R\$ 246 milhões. O valor médio de cada dívida, separadamente, é de R\$ 1.162, segundo a Serasa.

Os números já estiveram maiores. Em maio de 2020, eram 65 milhões e 230 mil famílias com algum tipo de papagaio rodando. Muito provavelmente, o auxílio emergencial, criado por iniciativa do Congresso Nacional, trouxe algum alívio para as famílias.

Esse nível de endividamento é uma combinação de desemprego em alta, queda brutal do poder de compra dos salários sobreviventes, inflação crescente, especialmente dos produtos básicos, e juros altos. As recentes elevações da taxa básica de juros, a Selic, refletem junto ao consumidor, como cheque especial ou cartão de crédito. Em junho de 2021, a taxa média dos juros no crédito para pessoas físicas e jurídicas era de quase 25% ao ano, como mostra a tabela. Mas modalidades como o cartão de crédito chegam a ter taxas superiores a 150% ao ano, segundo pesquisa do próprio BC.

O maior vilão do endividamento familiar é justamente este produto do mercado finan-

Evolução da taxa média de juros pessoas físicas



Fonte: BC. Elaboração: Subseção Dieese do Sindicato dos Bancários SP

ceiro. Os dados são assustadores: 30% dos inadimplentes estão em atraso com o cartão de crédito. O segundo maior são as despesas fixas, as contas de água e luz, por exemplo, que respondem por 22,30% das dívidas em atraso. Dívidas muitas vezes saldadas com o cartão de crédito e o cheque especial, já que as operadoras destes serviços de utilidade pública são implacáveis e simplesmente cortam o fornecimento dos inadimplentes.

Atualmente, a Selic está em 5,25%, com viés de alta para os próximos meses, segundo informa a última ata do BC. Em recente debate promovido pela Fundação Perseu Abramo, o professor Ricardo Carneiro, da Unicamp, previu que a taxa deve chegar à casa dos 8% no ano que vem, mesmo que a inflação caia. Quando essa sinalização do BC ocorre, o mercado financeiro se apressa a preparar alta dos juros ao consumidor. Portanto, as perspectivas não são animadoras.

Para quem não quer tomar banho de água fria, ter seu nome negativado ou, pior ainda, ser despejado por atraso no aluguel, o único jeito é cortar despesas, inclusive com

comida. "O que eu mais sinto falta é de ir ao mercado", conta Maria (nome fictício, a pedido), moradora de São Paulo. "Eu ia duas vezes por mês, hoje vou uma. E só compro o básico do básico", diz. Ela trabalha hoje em regime home office para uma empresa de pesquisas de mercado, sem registro em carteira. Seu último emprego formal foi em 2017.

Em casa, conta Ivane, o microondas só fica fora da tomada e lâmpadas foram desativadas. Compras como roupas, nem pensar. As visitas à mãe dela, em Minas Gerais, estão suspensas.

Carlos R (nome fictício), pintor residencial, trocou recentemente a casa de fundos em que morava por uma outra, para escapar do reajuste do aluguel. Convidou um colega de trabalho para dividir a casa e parte das despesas. "Minha vida é trabalhar, comer e pagar aluguel. E isso porque eu estou trabalhando", diz. Recentemente, ele conseguiu um emprego em manutenção geral. Não acumula dívidas, entre outras razões, porque não tem conta corrente. "Tenho poupança, para receber salário", diz. Cartão de crédito? "Nem pensar", descarta. •



PREÇO DE COMBUSTÍVEIS DISPARA

Política dolarizada da Petrobrás atinge em cheio caminhoneiros e trabalhadores de aplicativos, incluindo motoristas de Uber. Com Bolsonaro, tarifas de gasolina e diesel sobem à estratosfera. Categorias que votaram majoritariamente no ex-capitão em 2018 não têm nada para comemorar

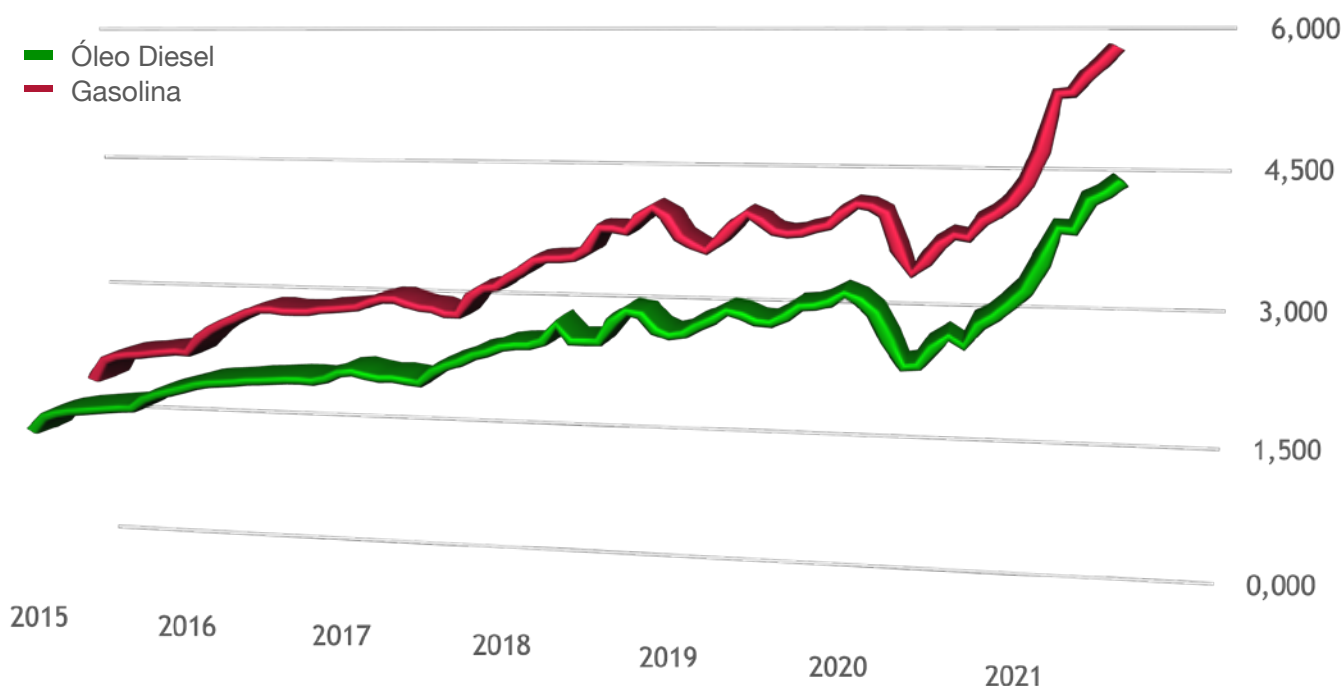
Danilo Molina e Artur Araújo

A política de preços da Petrobrás começou a fazer novas vítimas: os caminhoneiros e os motoristas de aplicativos. Com o preço do litro da gasolina atingindo R\$ 7 em várias capitais brasileiro e o do óleo diesel custando quase R\$ 5, muitos dos trabalhadores de aplicativos, sejam motoristas ou motociclistas, estão sendo obrigados a desistir da profissão, enquanto caminhoneiros presenciam o preço do frete derreter.

Dados da Associação de Motoristas de Aplicativos de São Paulo (Amasp) revelam que 25% dos motoristas de aplicativo desistiram da

Preço médio de revenda de combustíveis

Em real deflacionado



profissão na capital paulistana. Esse dado é baseado em números da própria prefeitura, que tinha 120 mil motoristas cadastrados no início de 2020 e, agora, tem 90 mil.

Já os caminhoneiros estão pagando no diesel um preço maior do que aquele praticado antes da greve de 2018. Para piorar, os constantes aumentos do combustível estão achatando o preço do frete. Levantamento da Frete-Bras revela que o preço do transporte por quilômetro rodado por eixo subiu 0,24% entre maio de 2020 e maio de 2021, enquanto o valor do diesel S500 aumentou 47,18%, no mesmo período.

Para o economista William Nozaki, do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep) os constantes aumentos no preço dos combustíveis são resultado da política de preços da Petrobras e impactam toda a economia.

"A inflação de combustíveis está encarecendo e inviabilizando a vida da população. Os motoristas de aplicativo e moto-

boys, já precarizados, estão desistindo de aceitar viagens e estão abandonando o trabalho. Os entregadores estão substituindo as motos pelas bicicletas, os caminhoneiros autônomos estão com os rendimentos em queda, enforcados pelo diesel e pelo frete", descreve.

Entre janeiro de 2019 e agosto de 2021, já foram 94 alterações no preço do diesel e 107 mudanças no preço da gasolina. A inflação acumulada nos últimos 12 meses para a gasolina foi de 39,52%, a do óleo diesel, de 36,27%, e do etanol, 52,77%.

A alta do preço tem como componente decisivo a política de preços da Petrobras, segundo a qual os reajustes são baseados na paridade com o mercado internacional de forma quase que contínua. Essa opção privilegia a geração de lucros para os acionistas e, portanto, onera o consumidor por definir preços dolarizados e baseados em padrões externos e não nos custos de extração, refino e distribuição internos.

Dados da própria Petrobras

desmentem o discurso oficial de Jair Bolsonaro de que a alta do preço dos combustíveis se deve ao impacto dos impostos estaduais na gasolina e no diesel. Segundo dados da própria estatal, no período de 8 a 14 de agosto, os preços praticados pela Petrobras representaram 33,3% do preço final da gasolina e 52,4% do preço final do diesel ao consumidor.

O governo federal é acionista controlador da Petrobras e poderia alterar a política de preços da empresa, reduzindo o valor dos combustíveis no país. Entretanto, Bolsonaro já deu mostras de que seguirá aprofundando a política neoliberal do governo e declarou publicamente que não irá mexer na política de preços dos combustíveis da empresa.

Caminhoneiros e motoristas de aplicativos, categorias que votaram majoritariamente em Bolsonaro nas últimas eleições presidenciais, começam a sentir no bolso o preço dessa escolha. Dois anos e meio depois do início do governo, essas categorias não têm nada a comemorar. •

29 de agosto de 1968

UNB SOFRE INVASÃO PELA TERCEIRA VEZ

Cerca de 3 mil estudantes reúnem-se na Universidade de Brasília (UnB) para protestar contra a ordem de prisão de sete colegas, entre eles Honestino Guimarães, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Policiais militares, agentes do Dops e soldados do Exército detiveram mais de 500 manifestantes numa quadra de basquete. Um estudante foi baleado na cabeça e 60 pessoas presas. Honestino também foi levado para a prisão. Libertado um mês depois, entrou para a clandestinidade. Militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML), foi capturado e morto em 1973. Oficialmente, é um “desaparecido” – seu corpo não foi encontrado.

23 de agosto de 1931

CÃES E BOMBAS REPRIMEM MOVIMENTO POPULAR

Milhares de pessoas participam de ato público em São Paulo organizado pelo Movimento Contra o Custo de Vida, entidade formada a partir de associações de bairro, com apoio da igreja católica e diversas organizações de esquerda. A Polícia Militar lançou bombas e cães contra a multidão, que se refugiou na Catedral da Sé. Entre as vítimas, havia donas de casa e crianças da periferia. No ato público, o movimento divulgou documento com 1,3 milhão de assinaturas contra o aumento do custo de vida.



27 de agosto de 1980

CARTA-BOMBA EXPLODE E MATA NA OAB

Uma carta-bomba explode ao ser aberta na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio. A explosão mata a secretária da presidência da entidade, Lyda Monteiro da Silva. No mesmo dia, também no Rio, explode outra carta-bomba no gabinete do vereador do PMDB Antônio Carlos de Carvalho, ferindo gravemente José Ribamar de Freitas, funcionário do escritório. Mais quatro pessoas sofrem ferimentos leves. Uma terceira bomba é detonada na redação da “Tribuna da Luta Operária”, jornal do PCdoB.

Lyda Monteiro foi a primeira vítima da série de atentados terroristas contra entidades democráticas, jornais, livrarias e bancas de jornais iniciada em 1979. Dez mil pessoas acompanharam o enterro da secretária da OAB. O general presidente João Baptista Figueiredo decretou luto oficial e disse que iria “levar o país à democracia (...)”, a despeito de quatro, vinte ou mil bombas que atirem sobre nossa cabeça”.

Sete semanas depois da explosão, a Polícia Federal prendeu Ronald James Watters como suspeito de ter deixado a carta-bomba na sede da OAB. Waters, então com 51 anos de idade, era um cidadão dos Estados Unidos conhecido na comunidade de informações por suas ligações com grupos de extrema direita no Brasil.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, apontou o general presidente Figueiredo como “o maior responsável pelos atentados”, por deixar seus autores impunes. “Se fosse obra da esquerda, teriam mobilizado todo o aparelho repressivo”, disse o presidente do PT, Luiz Inácio da Silva, o Lula. A impunidade e os atentados continuariam ocorrendo e chegariam ao auge em abril do ano seguinte, quando militares planejaram a explosão de bombas num show de 1º de Maio, que reuniria 20 mil pessoas, no Riocentro. Uma das bombas explodiu antes da hora,



25 de agosto de 1954

COMBATIVA E AUTÔNOMA, CUT NASCE PELA BASE

O Congresso Nacional da Classe Trabalhadora aprova a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a primeira central sindical criada após o golpe de 1964 e a primeira no país a ser lançada pela base. Reunidos por três dias em São Bernardo do Campo (SP), na antiga sede da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, 5.059 delegados de 912 entidades sindicais elegem a primeira direção provisória da entidade, com mandato de um ano, tendo como presidente Jair Meneghelli, metalúrgico de São Bernardo.

A primeira reivindicação da CUT foi a retirada do Decreto-Lei 2.045, em tramitação no Congresso Nacional, que limitava os reajustes salariais a 80% do índice de inflação do período. O congresso de fundação aprovou também a luta pelo cancelamento dos acordos com o FMI, contra as intervenções nos sindicatos (como os de petroleiros e bancários de São Paulo) e pela reforma agrária.

A criação da CUT foi um desafio à legislação sindical, que proibia a organização dos trabalhadores de diferentes categorias numa só entidade. Mesmo não sendo "única", a CUT foi desde o princípio a maior central sindical brasileira e tornou-se a maior da América Latina. A primeira direção executiva era formada por:

- Jair Meneghelli – Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema (SP)
- Paulo Paim – Metalúrgicos Canoas (RS)
- João Paulo Vasconcelos – Metalúrgicos de João Monlevade (MG)
- Jacó Bittar – Petroleiros de Campinas (SP)
- Abdias dos Santos – Metalúrgicos de Niterói (RJ)
- José Novaes – Rurais de Vitória da Conquista (BA)
- Avelino Ganzer – Rurais de Santarém (PA)
- Julieta Villanil Balestro – Professores do Rio Grande do Sul.

29 de agosto de 1993

MADRUGADA DE HORROR EM VIGÁRIO GERAL

A favela de Vigário Geral, na Zona Norte do Rio de Janeiro, é invadida durante a madrugada por um grupo de extermínio composto por 36 homens armados e encapuzados, que arrombam casas e fuzilam 21 moradores. O assassinato de trabalhadores, estudantes e donas de casa foi uma represália à morte de quatro policiais militares pelo chefe do tráfico

. A chacina, noticiada em todo o mundo e condenada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorreu 39 dias após o assassinato de oito crianças e adolescentes em frente à Igreja da Candelária, também no Rio. Essa nova tragédia fortaleceu a percepção do Brasil como um país sem controle sobre a violência e sem fronteiras entre a polícia e o banditismo.

No dia seguinte, o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, exonerou o comandante do 9º Batalhão da PM, César Pinto, por estar "mais do que convicto" sobre sua responsabilidade nas ações dos subordinados e prometeu indenizar as famílias das vítimas.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula.

Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br

CULTURA



20 ANOS SEM JORGE AMADO

Um dos gigantes da literatura brasileira, o baiano é autor de inúmeros sucessos literários e teve a obra traduzida em mais de 80 países. Ex-deputado pelo Partido Comunista, foi perseguido pela ditadura do Estado Novo e exilado nos anos 40 e 50

Alberto Cantalice

Em 6 de agosto de 2001, partia um dos gigantes da literatura brasileira: Jorge Leal Amado de Faria, o nosso Jorge Amado. Autor de 49 livros, escritor com mais adaptações de seus romances, crônicas e fábulas, Jorge foi um dos autores de maior sucesso de vendas e de reedições da história da literatura nacional. Profundamente comprometido com as causas do povo brasileiro, baiano de nascimento, foi deputado federal eleito pelo Partido Comunista Brasileiro na Assembleia Constituinte de 1946, representando o estado de São Paulo.

Ao ter o mandato cassado, junto com os demais membros do PCB, Jorge envereda de vez pelo caminho das letras. E produzindo sucessos, como “Gabriela Cravo e Canela”, “Dona Flor e seus dois maridos”, “Tenda dos Milagres”, entre tantos outros. Escritor prolífico, tornou-se o autor brasileiro com mais adaptações de sua obra para o cinema, teatro e televisão. Sendo ainda o autor brasileiro com o maior número de versões traduzidas em mais de 80 países.

Jorge Amado também era bacharel em Direito pela antiga Universidade do Brasil, atu-

al UFRJ, sem, entretanto, vir a exercer a profissão. Amigo e parceiro de Dorival Caymmi, compôs em parceria com o músico, a letra de “Retirantes”: *“Vida de negro é difícil, é difícil como o quê. Eu quero morrer na noite, na tocaia me matar. Eu quero morrer de açoite se tu, negra, me deixar... Meu amor, eu vou-me embora, nessa terra vou morrer. Um dia não vou mais ver, nunca mais eu te ver...”* Essa canção foi tema da novela “Escrava Isaura”, interpretada por Lucélia Santos na TV Globo.

Bastante premiado ao longo da carreira, Jorge foi membro correspondente da Academia de Letras da Alemanha, da Academia das Ciências de Lisboa; das academias Baiana e Paulista de Letras, sendo eleito em abril de 1961, para ocupar a cadeira 23, cujo patrono é José de Alencar, na Academia Brasileira de Letras. Doutor Honoris Causa por mais de uma dezena de universidades no Brasil, Itália, Israel e Portugal, Jorge ainda recebeu o mesmo título pela Universidade da Sorbonne, na França.

Espirituoso, solidário e bem humorado com os amigos e colegas ao longo da vida, ele escreveu o livro “Farda, fardão, camisola de dormir”, onde reconstitui o Brasil da década de 1940, as entranhas de elite

decadente, entremeada com uma eleição para a ABL.

Reconhecido pela imensa contribuição dada à cultura brasileira, Jorge Amado foi tema de enredo de escolas de samba e blocos carnavalescos, incontáveis vezes. Perseguido pela ditadura do Estado Novo e pelo governo do Marechal Dutra, exilou-se na Argentina e no Uruguai nos anos 1941 e 1942, e em Paris, Praga e Moscou, entre 1948 e 1952.

Afastou-se da militância do PCB em 1956, depois de apresentado o relatório de Nikita Krushev, no 20º Congresso do PCUS, onde foi desmascarado o período das perseguições à camaradas do próprio partido. Afastado organicamente do PCB, Jorge se manteve como defensor dois ideais socialistas. E, por isso, foi boicotado e monitorado pelos órgãos de segurança da ditadura militar instaurada em 1964.

Entre suas obras mais laureadas, figuram os romances “Capitães de Areia”, “Tieta do Agreste”, “A Morte e a morte de Quincas Berro D’água”, todos com seguidas traduções pelos quatro cantos do mundo. Hoje, em Salvador funciona a Fundação Casa de Jorge Amado, um importante centro cultural e de resgate das obras desse escritor universal. •

UM MESTRE DA CAPTURA DA LUZ

Morre em Brasília o Stuckão, um dos craques do fotojornalismo brasileiro, que atravessou quatro décadas registrando o poder. Foi repórter fotográfico em 32 veículos da imprensa nacional, entre elas a Folha, e fotógrafo oficial de João Figueiredo. É pai de Roberto Stuckert Filho, fotógrafo de Dilma, e de Ricardo Stuckert, que trabalha com Lula

A família Stuckert, com três grandes expoentes do fotojornalismo brasileiro, perdeu o seu patriarca na última semana. Em 23 de agosto, morreu o repórter fotográfico Roberto Stuckert, aos 78 anos, após parada cardíaca. Lenda do jornalismo brasileiro, Stuckão, como era conhecido, deixa a esposa, seis filhos – entre eles os fotógrafos Roberto Stuckert, o Tuca, fotógrafo de Dilma Rousseff, e Ricardo Stuckert, o Stuckinha, fotógrafo de Lula, além de netos e muitos amigos.

Stuckão foi o fotógrafo oficial de João Figueiredo, o último presidente-general a ocupar o Palácio do Planalto antes da redemocratização. Seu jeito foi que conquistou Figueiredo, arrancando dele na foto oficial o primeiro sorriso de um general no poder. “Chefe, eu quero uma foto Mona Lisa, quero sorrindo um pouquinho”, disse a Figueiredo. “Ah, que rir, coisa nenhuma. Eu sou o presidente!”, exigiu

Figueiredo. “Eu sei chefe, mas calma, faz um sorrisinho, você tá muito sério, muito rude, muito durão”, pediu. Conseguiu.

Nascido em João Pessoa, na Paraíba, Stuckão trabalhou em 32 veículos de imprensa ao longo de suas cinco décadas de carreira. Chegou em Brasília para fazer a cobertura da inauguração da cidade, em 1960. Tinha 18 anos. Trabalhava no *Diário Carioca* e foi mandado para a capital pelo chefe de redação, Pompeu de Souza. Ficou na cidade.

Ao longo dos anos, foi fotógrafo das lendárias revistas *Cruzeiro* e *Manchete*, e dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, além da agência France Presse. Polivalente, como repórter fotográfico, participou da cobertura de três Copas do Mundo de futebol – 1974, 1978 e 1994. Também foi dono da agência Stuckert Press, em Brasília, e influenciou dezenas de fotógrafos que atuaram na capital da República.

A paixão pela fotografia foi herdada e transmitida aos filhos Ricardo e Roberto. Ele mesmo

era filho de fotógrafo, o pai era Eduardo Roberto Stuckert. Ainda teve irmãos fotógrafos, primos e sobrinhos – são 33 na família.

“Um dos primeiros presentes que ganhei dele, ainda criança, foi uma máquina fotográfica. Ele me entregou e disse ‘Rico, aqui tem a minha vida e você vai aprender a olhar o mundo por este visor’. Depois, com a máquina na mão, ele falou que iria me levar ao laboratório de fotografia para aprender a revelar filmes. Quando entrei naquela sala toda escura e vi a imagem surgindo do filme, perguntei pra ele: ‘Pai, isso é mágica?’. Ele sorriu e disse: ‘Sim, é como se fosse’. Eu cresci acreditando nisso”, conta Ricardo.

“Meu pai era um homem de grande coração. Além de ter me dado o seu próprio nome, me deu também sua profissão”, conta o filho Roberto. “Desde menino, sempre que podia eu acompanhava o seu trabalho, e foi com seu exemplo que aprendi tudo que sou na minha profissão”. •



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.



PROGRAMAÇÃO

02/08 a 06/09
segundas-feiras
19 horas, online

Mesas:

02/08 | Abertura: Paulo Freire, vida e obra

09/08 | Paulo Freire e o PT

**16/08 | Gestão pública democrática
numa perspectiva freireana**

**23/08 | Paulo Freire e as políticas
públicas de educação**

**30/08 | Educação e política em
Paulo Freire**

**06/09 | Matrizes do pensamento
freireano**



TRANSMISSÃO:

 /fundacao.perseuabramo

 /FundacaoPerseuAbramo

